



ESCOLA Informação

Nº 244 Abril 2011 - MENSAL - 0,50€

É IMPOSSÍVEL NÃO INVESTIR NA EDUCAÇÃO
SE A EDUCAÇÃO É CARA, EXPERIMENTEM
..... **A IGNORÂNCIA**

LEITURAS



Latouche, Serge
Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno,
 Edições 70, Lisboa, 2011.

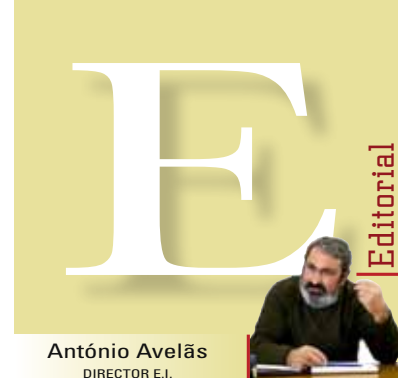
Numa época em que não se pára de falar sobre a retoma do crescimento e do consumo como alternativa à crise de 2008-2009, Serge Latouche apresenta-nos uma perspectiva diferente. O actual modelo económico baseia-se na acumulação ilimitada de capital e torna-se cada vez mais insustentável, tanto em termos sociais como em termos ecológicos, já que as desigualdades sociais não têm cessado de aumentar e o ambiente natural tem-se degradado cada vez mais. Este modelo é alimentado pelo consumismo que tende a planetarizar-se com a

globalização. A publicidade, o crédito e a obsolescência programada são os seus ingredientes.

A primeira redirecciona a procura de “bens de grande utilidade” para “bens de grande futilidade” (p.30), transformando o necessário em supérfluo e o supérfluo em necessário com a ‘democratização’ do consumo das mercadorias de luxo. A segunda, instaura, segundo a expressão do economista italiano Giorgio Ruffolo, a “tirania do juro composto” (p. 32), que tem como principal consequência o crescimento exponencial do endividamento das famílias que, em 2007, atingiu 227% do PIB nos EUA, abrange as principais economias industrializadas e começa a estender-se aos países emergentes. A terceira alimenta a “bulimia consumidora” fomentada pelas incessantes mutações tecnológicas, já que implica que os objectos consumíveis se desgastem rapidamente para serem substituídos por outros numa espiral incessante de irracionalidade e desperdício que geram montanhas de lixo, sobretudo electrónico: “150 milhões de computadores são transportados anualmente para as lixeiras do Terceiro Mundo (500 navios por mês para a Nigéria)” (p. 33). Para Serge Latouche, a alternativa a este modo de vida e de produção insustentáveis é o que designa por “círculo virtuoso do decrescimento sereno” que consiste fundamentalmente nos três “r’s” do relocalizar, reavaliar e reduzir. Produzir localmente para satisfazer as necessidades das populações autóctones e limitar os efeitos sociais destruidores

das deslocalizações, embora sem cair na autarcia nem no isolamento arcaico, segundo a máxima do nosso Miguel Torga de que “o universal é o local menos os muros”(p. 67). Reavaliar implica a transição para uma nova práxis centrada no altruísmo, na cooperação e na convivialidade em vez do egoísmo, da competição desenfreada, da obsessão pelo trabalho e pelo consumo ilimitado. Reduzir consiste sobretudo em trabalhar menos horas não apenas para que todos possam ter um emprego, mas também para poderem diversificar a sua actividade, libertando-se da tirania da divisão do trabalho que alimenta a acumulação ilimitada de capital.

O “decrescimento” é um programa político de ruptura com a ordem capitalista realmente existente. O seu grande objectivo é “impulsionar a «produção» de bens relacionais, como a amizade e o conhecimento em que o meu «consumo», não diminui o stock disponível, muito pelo contrário” (p. 98). Mas tal só será possível – como defende Max Horkheimer – quando a liberdade deixar de ser “liberdade para acumular”, para se transformar definitivamente no “facto de eu não ter nenhuma necessidade de acumular” (Adorno, Theodor & Horkheimer, Max – “Towards a New Manifesto?”, *New Left Review*, Londres, Setembro/Outubro 2010, p. 37). ■



António Avelãs
DIRECTOR E.I.

TEMPO DE PROTESTO E NÃO DE MEDO OU DE SILÊNCIO (*)

É verdade que estamos a viver tempos muito difíceis. Degrada-se o nível de vida dos portugueses em consequência da estagnação ou diminuição dos salários, do aumento do desemprego, do aumento dos impostos e da subida da inflação. Diminuem os apoios sociais no mesmo momento em que se agrava a crise social e a precariedade laboral destrói qualquer plano de vida sustentado e fiável. Diminui a olhos vistos a qualidade dos serviços públicos, não por culpa dos seus trabalhadores mas pela diminuição brutal dos investimentos necessários. Este quadro negro ameaça tornar-se ainda mais negro com a “vinda” do FMI, do FEEF e do BCE. Há sérias razões (históricas e de teoria económica) para temer que, após esta intervenção “externa”, a situação económica – e social – do país se agrave ainda mais. A perspectiva de construção de um futuro digno implica uma objectiva definição das causas reais que nos conduziram a esta situação. Não foram o subsídio de desemprego, de reinserção social, o abono de família e outras medidas de apoios sociais que causaram esta preocupante situação das contas públicas. Como também o não foram os salários da Administração Pública. Como o não foram os salários dos docentes. A explicação para esta profunda crise tem de ser procurada num modelo de destruição da economia produtiva que caracterizou a escolha dos governos cavaquistas e posteriores, na fuga aos impostos dos mais ricos e das grandes empresas, nomeadamente as financeiras, nos crimes financeiros que todos os dias se desvendam, nos envergonham, mas que raramente se punem.

A situação que se vive entre a classe docente reflecte bem a crise atrás descrita: boa parte de nós sofreu cortes salariais significativos; os “do quadro” viram as suas carreiras congeladas; os “contratados” viram a sua progressão ao “índice 167” adiada; todos os indicadores apontam para um grande aumento do desemprego entre os professores no próximo ano lectivo; a insegurança quanto ao futuro faz acelerar os pedidos de aposentação “antecipada”. O descrédito e a total inoperância dos serviços do Ministério da Educação fazem arrastar os problemas com que diariamente se confrontam as direcções das escolas/agrupamentos. Por mero cálculo político e revelando uma lamentável falta de sentido do interesse das escolas, o Presidente da República, que ignorou as sustentadas razões de inconstitucionalidade dos cortes salariais apresentadas por constitucionalistas dos diversos quadrantes ideológicos, decidiu remeter ao Tribunal Constitucional o diploma que revoga o actual modelo de avaliação de desempenho, aprovado pela esmagadora maioria dos deputados, prolongando uma situação de desespero e de caos instalada em boa parte das nossas escolas. A luta sindical pela reposição dos salários está agora entregue aos tribunais – O SPGL entregou os seus processos, em representação dos seus associados, no passado dia 13. A luta por um outro modelo de avaliação de desempenho continua a ser objectivo central da classe docente.

Querem fazer-nos crer que tudo isto é inevitável e que não há qualquer alternativa. Mas nem “isto” era inevitável, nem é verdade que não se possam encontrar alternativas que invertam este caminho para o abismo económico e social. Não nos vamos calar porque não nos podemos calar. É tempo de protesto porque enquanto nós, os não culpados, pagamos a crise, os culpados pela crise continuam a “engordar” com o que nos roubam. O dia do Trabalhador – o 1º de Maio – tem de ser uma enorme manifestação de protesto; tem de ser um sinal inequívoco da nossa determinação na procura de novos caminhos para o nosso desenvolvimento económico. Combatamos os medos que nos tolhem! Não aceitemos os silêncios que nos impõem! Assumamos por inteiro os nossos deveres de cidadania, alicerçados numa ética de responsabilidade pelo nosso futuro colectivo. Os ideais traçados em 25 de Abril de 1974 interpelam-nos nestes momentos que são de profunda crise colectiva mas que colectivamente transformaremos em momentos de fundada esperança. ■

(*) Título parcial do documento aprovado pelo Plenário de Sindicatos da CGTP no dia 14 de Abril



ficha técnica:

Director: António Avelãs . Chefe de Redacção: Manuel Grilo . Conselho de Redacção: Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Teresa Chaveca, Isabel Pires . Redacção: Lígia Calapez (Jornalista). Fotojornalista: Paulo Machado . Design Gráfico e Paginação: Dora Petinha . Capa: Dora Petinha sobre foto de Laura Moraiu . Composição: Luísa Pereira . Revisão: Luísa Pereira . Impressão: SOGAPAL, SA. - Av. dos Cavaleiros, 35, 2795-626 Carnaxide . Edição e Propriedade de: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 21 000 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.

Neste número:

2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Educação nesta legislatura

16 Reportagem

Área de Projecto

21 Cidadania

As consequências perversas das guerras “humanitárias”

22 Apontamentos para lembrar o 25 de Abril

24 Escola/Professores

24. Aniversário do SPGL
Conferência Ensino Superior Aposentados

25. As Lutas de Março

26. O sucesso da escola

27. Ensino Particular e Cooperativo

28. Estatuto dos docentes em funções noutros serviços públicos
AECs

Mesa redonda - Igualdade de género

30. Educação sexual e questões de género

31 Aos Sócios

33 Consultório Jurídico

Protecção na parentalidade



Área de Projecto na E.S. Camões



A Área de Projecto (AP) e a forma inovadora como ela é trabalhada, já há anos, na Escola Secundária de Camões, foi o tema de uma “mesa redonda”, com alguns dos professores envolvidos nesta área.

(A Área de Projecto, no Ensino Secundário, foi eliminada já depois desta conversa colectiva. O que mais reforça a importância e o valor deste testemunho. Para que melhor se compreenda o que todos perdemos – a escola, os alunos, os professores.)

PÁGINA 16





Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO N.º 244 Abril 2011

■ Os vários textos reunidos neste Dossier desmontam, ponto por ponto, o que foi a **política de Educação nesta legislatura**. As “intempéries” que geraram instabilidade nas escolas, a lógica empresarial, as incoerências que marcam esta política. Para sublinhar que, neste momento, tudo está por fazer e se impõe “somar forças para alterar esta situação”.■

Assim, o trigo não cresce...!!!

• Rosário Gama

Directora da E. S. Infanta D. Maria, Coimbra

Citando Bertold Brecht “*Todos os dias os ministros dizem ao povo Como é difícil governar.*

Sem os ministros O trigo cresceria para baixo em vez de crescer para cima”. O problema é quando o trigo quer crescer para cima e as intempéries e as ervas daninhas não o deixam... E o trigo faz falta para o pão!!! E o pão mata a fome!!!

Ao longo dos últimos anos, têm sido variadas as “intempéries” que geraram instabilidade nas escolas, (não deixando o trigo crescer...) desde a criação dos primeiros agrupamentos, às alterações dos planos curriculares, ao estatuto disciplinar do aluno, às alterações ao estatuto da carreira docente (divisão da carreira docente, modelo de avaliação do desempenho dos docentes), só para sublinhar as que mais impacto causaram...

Para que as “sementes” possam germinar sem obstáculos e consequentemente para que as Escolas tenham condições para garantir a qualidade, são necessários tranquilidade, rigor e exigência como forma de garantir o ambiente propício à eficácia nos processos ensino-aprendizagem. As Escolas não se compadecem com alterações permanentes ao nível da sua organização e ausência total de um olhar mais atento ao sucesso real dos alunos, que passa pela reorganização curricular, novos programas, uma cuidada e exigente formação inicial de Professores, um devolver da autoridade aos mesmos de forma a garantir um ambiente propício ao trabalho dentro da sala de aula,

uma co-responsabilização dos Pais/Encarregados de Educação pelo cumprimento das regras escolares por parte dos seus educandos. Em 26 de Outubro de 2009, com a tomada de posse do governo e a entrada em funções da Ministra Isabel Alçada, abriu-se uma janela de esperança para os professores acabados de sair de um diálogo de surdos com a anterior Ministra. De facto, o estado a que as Escolas chegaram com a torrente legislativa então produzida, manifestamente gravosa para a vida das escolas, dos docentes e alunos, levou a que todos os actores educativos vissem na nova nomeação uma abertura para novos caminhos. Além do mais, os sorrisos..., o tom suave de voz e o facto de ter sido professora, eram motivos para se acreditar que o mandato de Isabel Alçada seria menos agressivo que o da sua antecessora.

Apesar deste “cenário”, com as primeiras negociações com os sindicatos começaram as “intempéries”. O fim dos titulares (uma das grandes aberrações da legislação anterior), não impediu que se mantivesse a divisão artificialíssima entre professores, com a criação de uma nova categoria: relatores.

É estranho que a Ministra, com a sensibilidade de professora, não se tenha apercebido que esta nova categoria iria gerar conflitos insuportáveis no seio da sala de professores e comprometer aquilo que é fundamental numa escola: a coordenação com partilha de materiais, de ideias, de reflexões... É bem claro que houve falta de vontade e de coragem política para retirar do modelo de avaliação da Minis-

tra Lurdes Rodrigues aquilo que foi objecto de maior contestação: colegas a avaliar colegas (sem que lhes fosse reconhecida competência para isso), burocracia excessiva, demasiado tempo dedicado a essa burocracia com prejuízo para o trabalho com os alunos e ciclos avaliativos demasiado curtos, o que entrava todo o trabalho nas Escolas.

Um tempo de paragem para reflectir sobre o que correu mal e sobre as possíveis alternativas, teria sido uma medida inteligente, que teria o aval dos professores e teria evitado o “conta-gotas” de produção legislativa à medida que o processo ainda decorria (decorre???)

É surrealista pensar que este ciclo avaliativo, que deveria ter sido iniciado em 1 de Setembro de 2009, fosse regulamentado pelo Decreto-Regulamentar 2/2010 de 23 de Junho, ou seja quase 9 meses depois! (é o tempo de uma gestação!!!). Como se isso, só por si, não fosse aberrante, outra legislação tem vindo a ser publicada, como, por exemplo, o Despacho 14 420/2010 de 15 de Setembro que aprova as fichas de avaliação global do desempenho do pessoal docente (um ano depois do início do processo!), ou o Despacho nº 16 034/2010 de 22 de Outubro que estabelece a nível nacional os padrões de desempenho docente (um ano e quase dois meses depois!); o Despacho nº 5464/2011 de 30 de Março que estabelece as percentagens máximas para a atribuição das menções qualitativas de Excelente e de Muito Bom aos docentes integrados na carreira e em regime de contrato (18 meses depois do início do processo!), entre outros!!! Não vale



Foto: Alex Rauch

a pena fazer mais comentários relativamente a este tema porque os factos falam por si.

Desde o dia 14 de Junho de 2010, data em que foi publicada em Diário da República a Resolução 44/2010 do Conselho de Ministros, abateram-se novas “intempéries” sobre as Escolas quer no que se refere ao número mágico de alunos (21) limite para que não sejam encerradas as Escolas do 1º Ciclo, quer no que se refere à criação dos “Mega-Agrupamentos” designados nesta Resolução como “Unidades de Gestão”.

O fecho das Escolas, com toda a implicação que tem no contínuo desertificar das zonas interiores, pode justificar-se se os alunos não tiverem equipamentos adequados à sua formação/educação, mas houve muitas freguesias que apetrecharam as suas Escolas investindo em equipamentos e criando condições idênticas às das Escolas para onde se deslocam agora os alunos. Ora esta medida tem que ser tomada em conjunto com as autarquias e, o facto de ter menos de 21 alunos, não deve ser determinante para o encerramento da Escola desde que a mesma reúna condições para rea-

lizar um trabalho sério e com qualidade. É preciso ter em atenção quão traumatizante é para os alunos, ainda crianças, saírem do seu meio familiar para um ambiente estranho e aí permanecerem durante todo o dia.

Por outro lado, a constituição dos Mega-Agrupamentos, feita de forma apressada e tendo exclusivamente em conta a localização geográfica, revela o carácter economicista desta medida, o que, a ser posta em prática, se traduzirá numa inequívoca deterioração da qualidade da escola pública, através da desvalorização das questões pedagógicas, dificultando a promoção das aprendizagens, instituindo a direcção à distância, o que cria condições para mais indisciplina e, em resultado disso, mais insucesso e abandono escolar, bem como da indisciplina. Assistimos, pois, a uma quantificação pedagógica em detrimento evidente da qualidade. A gestão de proximidade é fundamental para a resolução de problemas de natureza pedagógica e disciplinar, os alunos mais novos (aqueles cujas Escolas vão ser “engolidas” pelas Escolas Secundárias) necessitam de uma presença

permanente do Director/ Presidente, a quem reconheçam autoridade e a quem obedeçam em caso de perturbação. O abandono escolar não se resolve com a fusão das Escolas em “Unidades de Gestão”, designação que mais se adequa a unidades empresariais, que de modo nenhum queremos confundir com espaços de aprendizagem e formação.

Perante o exposto, “o trigo não consegue crescer!” ■

O XVIII Governo Constitucional e a Política do Ministério da Educação

• Paulo Sucena

Ex-Secretário Geral da FENPROF
Membro do CNE

O XVIII Governo Constitucional tomou posse em 26 de Outubro de 2009, em circunstâncias políticas e sociais significativamente diferentes daquelas em que foi empossado o governo anterior. Desde logo, porque o PS e José Sócrates não tinham maioria absoluta como aconteceu em 2005. Depois, porque, em Outubro de 2009, o PS não era uma fonte de esperança para um eleitorado defraudado pela política da direita, como há quatro anos, antes chegou ao poder profundamente desgastado em virtude de uma política que desiludiu e frustrou profundamente a grande maioria dos portugueses e das portuguesas. De entre os trabalhadores, é legítimo assinalar que os que laboravam na Administração Pública foram dos mais fustigados pelas medidas políticas tomadas pelo XVII Governo Constitucional. Porém, a classe docente, além de vítima da política global do Governo-Sócrates, foi humilhada e ofendida pelo Ministério da Educação, dirigido por uma das mais ignaras e prepotentes equipas de que há memória no Portugal democrático, à qual respondeu com uma coragem e dignidade exemplares descendo à rua em enormes manifestações de protesto e afirmação profissional, evidenciando a toda a gente que o novo governo teria de adoptar uma estratégia política diferente ou iniciaria o seu mandato sob um terrível conflito com um dos mais relevantes grupos profissionais da sociedade portuguesa. Assim sendo, arteiro, como é seu timbre, José Sócrates escolheu para ministra da Educação Isabel Alçada, cujo

perfil poderia suscitar alguma acalmia no seio do professorado, reforçada com a concessão de alguma liberdade política, momentânea porque um *Kaiser* não gosta de quem pense livremente, para bolear algumas arestas que o delírio persecutório do governo anterior tinha ferozmente aguçado no território educativo. E Isabel Alçada lá foi fazendo quanto podia e não podia para chegar a acordo com as diferentes estruturas sindicais, num complexo e muito difícil processo negocial do Estatuto. Chegando mesmo a ir além, semeando promessas no campo socioprofissional, como a promessa de um concurso extraordinário de vinculação e mobilidade em 2011 e como a promessa de intervenção no sentido de melhorar os horários dos docentes. Excessos de optimismo, filhos de alguma candura política.

É certo que, por vezes, o diálogo foi invadido pela turbulência, pelo azedume e por alguma agressividade, tónicas que em nada perturbam José Sócrates. O grande pecado estava no diálogo negocial, em si mesmo, na possibilidade de se chegar a plataformas de entendimento entre o Ministério da Educação e as organizações sindicais.

Havia que parar e esquecer a opinião dos educadores e professores e prosseguir uma política que se ajustasse ao pensamento do líder, um autista de primeira água. Tínhamos chegado ao tempo em que as trevas começaram de novo a descer sobre as escolas e a vida profissional de educadores e professores. Regressou o discurso vazio, a decisão medíocre, a demagogia balofa, a ignorância atrevida, o desprezo pela realidade das escolas e pelas condições

do exercício da profissão. Apesar do poder de mando ser relativo, José Sócrates, enfiado na caverna platónica, comandou a Educação a seu bel-prazer, alheado das sugestões que, sob a luz clara e crua da realidade, as organizações sindicais, o CNE e a comunidade educativa lhe foram generosamente oferecendo.

Sócrates comandou a Educação a seu bel-prazer

Nesta situação política, por si gerada, o Governo de José Sócrates ficou em condições de repetir o terrível “crime” do governo anterior – corroer a confiança e a esperança da classe docente, como se fosse possível melhorar o ensino sem a prévia galvanização dos educadores e dos professores e professoras. Isto quer dizer que um dos grandes objectivos do XVIII Governo Constitucional, que hoje é um Governo de gestão, “valorizar o trabalho e a profissão docente”, foi um nado-morto, porque a política levada a cabo de Outubro de 2009 até Março de 2011 jamais rimou com tal designio. O mesmo aconteceu com a promessa de “reforçar as condições de funcionamento e de autonomia das escolas”. Nesta perspectiva não se pode deixar de assinalar os prejuízos, que a FENPROF e os seus sindicatos tão veementemente denunciaram, resultantes da chamada racionalização da rede escolar que, ao passar pelo encerramento “cego” de escolas e pela criação de “unidades orgânicas” de grande dimensão, tornou o conceito de racionalização sinónimo de poupança ao reduzir em 5.000 o universo dos

docentes (Resolução do Conselho de Ministros nº 101-A/2010) e ao prever no PEC IV que, com o aprofundamento deste estranho conceito de racionalização da rede escolar, sem curar da qualidade do ensino, e do funcionamento das escolas, se poderão poupar, nos próximos dois anos, cerca de 450 milhões de euros. Na senda de um sólido e arguto investigador da Universidade do Minho, poderíamos dizer que a vacuidade do pensamento educativo deste Governo se poderia explicitar por palavras que traduzem a realidade por ele criada: aprende-se menos e pior nas escolas pequenas e aprende-se mais e melhor em grandes agrupamentos de escolas.

Um dos aspectos que o XVIII Governo Constitucional, na continuação do anterior, considerou essencial para a melhoria do ensino secundário foi o da recuperação das escolas secundárias cujo processo acelerou. É necessário que este processo seja devidamente avaliado de modo a concluir-se com rigor acerca dos resultados no âmbito dos custos-benefícios, não esquecendo que há escolas que hoje oferecem muito melhores condições de funcionamento. Outra das tónicas que Sócrates foi repisando, no que respeita à qualidade do ensino das nossas escolas públicas, prendia-se com a necessidade de manter o actual “modelo” de avaliação de desempenho dos docentes. E continua hoje a afirmar isso, em frases vazias porque não escoradas em quaisquer fundamentos ou válidas razões, num momento em que a Assembleia da República já pôs fim a algo a que não se poderia chamar um modelo de avaliação. Na verdade, o Decreto-Regulamentar nº 2/2010 era uma caricatura do primitivo diploma apresentado por Maria de Lurdes Rodrigues que nunca recebeu o acordo das organizações sindicais nem dos educadores e professores dos ensinos básico e secundário, sendo, pelo contrário, um dos grandes e graves motivos que originaram as maiores manifestações de desagrado da classe docente contra a política educativa de um governo.

Se o diploma da anterior ministra da Educação era mau, este “resto”, a que a contestação do professorado o reduziu, em nada contribuiu para uma avaliação rigorosa e justa dos docentes nem, muito menos, promovia a melhoria do desempenho profissional de educadores e professores nem tão pouco o incremento da qualidade do ensino ou sequer a melhoria dos projectos educativos das escolas. O Decreto-Regulamentar nº 2/2010 era tão-só uma fonte de conflitos, de problemas evitáveis, de desgaste

absurdo dos docentes, gerado por uma excessiva burocracia, realidade frequentemente denunciada pelas escolas, pelos avaliadores, pelos avaliados e por muitos académicos e especialistas na matéria. Críticas que não visavam acabar com a avaliação de desempenho, porque o que verdadeiramente punham em causa era o “modelo” existente, cuja finalidade fundamental era hierarquizar os docentes. Quanto ao resto, estávamos perante uma avaliação assente sobre uma lamentável ausência de rigor científico, perante uma burocrática farsa pejada de iniquidades que o Governo defendia, e ainda defende, sem qualquer sustentação válida e minimamente credível para os oficiais deste ofício. A talhe de foice, convirá dizer que a suspensão aprovada pela Assembleia da República, para ser proveitosa, deverá permitir negociar-se, de um modo realista, ponderado e amplo, um novo modelo de avaliação do desempenho dos docentes que contribua para a melhoria efectiva da qualidade do ensino e para o crescimento profissional dos educadores e dos professores dos ensinos básico e secundário. Se assim acontecer valeu a pena esta suspensão, este golpe no mediocre património educativo de José Sócrates, apesar de repousar num frágil articulado legislativo.

Áreas menos mediáticas

Nesta apreciação à actividade do Ministério da Educação (Nov. 2009/ Março 2011) que é muito mais um breve relance que um balanço crítico pormenorizado (esse foi sendo produzido, ao longo do tempo, pela FENPROF e seus sindicatos), é forçoso referir algumas áreas que tendo menor impacto mediático do que, por exemplo, a anteriormente abordada, não deixam por isso de caracterizar a acção do Governo no campo da Educação. Tenhamos em conta, para começar, a reorganização curricular do ensino básico, com incidência nos 2º e 3º ciclos. A primeira leitura que dela podemos fazer leva-nos a concluir que estamos perante uma alteração curricular que, fundamentalmente, foi orientada por critérios de ordem económica e não por princípios de natureza educativa ou pedagógica. Isto é, uma política de cortes orçamentais sobrepunhou uma política de investimento na Educação sem a qual não é possível ambicionar-se uma melhoria dos resultados escolares. O Governo, apesar de saber isso, optou por um ataque às áreas curriculares não disciplinares, desde logo com a eliminação da Área de Projecto e com a limitação do Estudo Acompanhado a alunos com dificulda-

des de aprendizagem. Este mesmo espírito presidiu à atribuição, no diploma do ME, de apenas um tempo lectivo à Formação Cívica que é orientada não só para o desenvolvimento da educação para a cidadania como também para a saúde e sexualidade, o que leva a que esse tempo lectivo atribuído nos 2º e 3º ciclos se mostre insuficiente. Não é, portanto, de estranhar que o Conselho Nacional de Educação proponha que “o tempo previsto para cada ano de escolaridade (45 minutos desde o 5º até ao 9º anos) seja repensado pelo Ministério da Educação, uma vez que o tempo proposto não responderá totalmente ao que se exige que se faça no tempo da Formação Cívica. Mais concretamente, o CNE entende que deve existir um tempo para o Director de Turma e outro para a Formação Cívica, já que a ser materializada a proposta de redução do tempo lectivo, não será possível cumprir os objectivos da Formação Cívica, tanto mais que existe quer um programa definido, normativamente, para a educação para a saúde e sexualidade, quer orientações curriculares sobre a educação para a cidadania”. Se nos detivermos no Estudo Acompanhado facilmente concluímos que ele se relaciona com formas de apoio aos alunos no que toca ao reforço de hábitos e métodos de estudo o que implica a sua aplicação nas diferentes áreas curriculares. Assim não pensa o Ministério da Educação ao pretender reduzir o Estudo Acompanhado somente a alunos com dificuldades de aprendizagem, esquecendo que a diferenciação curricular também contempla planos de desenvolvimento, e privilegiando as áreas curriculares disciplinares de Língua Portuguesa e Matemática, como se estas fossem as únicas áreas disciplinares em que os alunos manifestam dificuldades de aprendizagem. O CNE mostra-se contra ao recomendar que “a escola disponha de mais autonomia na identificação das áreas em que os alunos mais necessitam de adquirir hábitos de estudo e de trabalho, com vista a melhorar o sucesso educativo”. Acerca da “Reorganização Curricular do Ensino Secundário”, o CNE afirma, com clareza meridiana, no Parecer nº 3 /2011, que nesta reorganização “são apresentadas alterações pontuais e desconexas, sem ou com insuficiente fundamentação pedagógica, que transmitem uma vez mais uma indesejada instabilidade na condução da política pública de educação (Parecer nº 1 /2006), contribuem para a descaracterização do desenho curricular definido pelo Decreto-Lei nº 74/2004 e não melhoram de forma significativa a qua-

Um ZERO À ESQUERDA

• José António Faria Pinto

Direcção do SPGL

O primeiro-ministro Sócrates pode ser um engenheiro muito relativo, mas, em matéria de marketing político, é professor catedrático em qualquer universidade do mundo. Uma das provas dessa sua competência foi a forma como, na passagem do primeiro para o segundo mandato, apagou o incêndio ateadado no mundo da educação. Completado todo o trabalho sujo para transformar os professores em funcionários para todo o serviço e em pobrezinhos de colarinho branco, recorreu ao velho estratagem de mudar alguma coisa para que tudo continuasse na mesma. Cedendo ao adágio popular segundo o qual não é com vinagre que se apanham moscas e inspirando-se, mais uma vez, no mundo da fantasia, congeminou que a solução mágica para apaziguar os ânimos, sem alterar um milímetro a política educativa, passava por substituir a bruxa má pela branca de neve. Assim pensou e mais depressa o fez.

Desta operação cosmética resultou o aspecto mais positivo da curta passagem de Isabel Alçada pelo Ministério da Educação: foi uma ministra muito mais bonita, simpática, jovial e cordial do que a sua antecessora. Em contrapartida, e na razão proporcionalmente inversa, revelou-se muito mais incompetente, superficial, patética e ridícula, estando para os governos do PS, como Maria do Carmo Seabra esteve para os governos do PSD. A sua famosa comunicação aos alunos, na abertura do ano lectivo, ficará como uma peça incontornável do anedotário nacional e mostra claramente a sua completa falta de perfil para o lugar de ministra. As suas prestações na Assembleia da República e em programas televisivos tornaram evidente a sua total falta de jeito para justificar o injustificável, defeito humanamente louvável, mas politicamente imperdoável, porque era a principal missão que Sócrates lhe tinha atribuído. Estou convencido que nenhum outro ministro sentiu maior

alívio pela demissão do governo do que Isabel Alçada, assim como, sobre nenhum outro membro do governo, Sócrates terá o sentimento mais agudo de ter cometido um erro de casting. Feita esta leitura genérica, simplista, impressionista e trivial, porque baseada nas aparências, sobre o papel de Isabel Alçada no governo que agora felizmente finda, deixemos as questões de estilo e passemos à substância, ou seja, aos resultados concretos da acção política desenvolvida pela última inquilina da 5 de Outubro. Qualquer análise depende sempre de um ponto de vista e um ponto de vista é sempre a vista de um ponto. O meu ponto é: os professores ocupam o lugar central em qualquer sistema de ensino, semelhante ao que os pais ocupam no sistema de educação, e as condições de trabalho oferecidas a essa classe profissional são determinantes para a qualidade da sua composição, mais prosaicamente, para que ela seja constituída pelos melhores ou piores alunos das faculdades; a eficácia de qualquer sistema de educação mede-se pelos resultados na criação de cidadãos capazes de se libertarem dos condicionamentos e servidão do mercado de trabalho, ou seja, a escola só tem justificação para existir se tiver como objectivo o desenvolvimento integral de todas as capacidades necessárias a uma fruição plena da curta vida que a ditadura biológica nos impõe.

Um quadro negro de insatisfação profissional

Começando pela primeira parte do ponto de vista atrás identificado, o resultado aparentemente mais positivo da actividade ministerial de Isabel Alçada foi o fim da divisão dos professores em duas categorias, criadas por uma criatura que, apesar de ser doutorada em sociologia das profissões, unicamente para impedir que, salarialmente, dois terços dos professores ultrapassassem o meio da carreira, mandou às urtigas os conceitos e metodologias que aprendeu e ensinou no ISCTE, e inventou diferenças numa profissão que tem o

lidade de ensino (Parecer nº 1/2007)". Tal como nos 2º e 3º ciclos do ensino básico, o ME propõe a eliminação da Área de Projecto do 12º ano, substituindo-a pela criação de uma Área de Formação Cívica sem que se vislumbre qualquer relação pedagógica com esta eliminação e criação concomitantes. Isso não significa que não concordemos com a criação da Formação Cívica, extensiva às matérias da educação para a saúde e a sexualidade, na matriz de todos os cursos do ensino secundário e em todos os anos (10º, 11º e 12º) e não só, por razões de poupança, no 10º ano. Do mesmo modo, não é aceitável, por igual ordem de razões, a atribuição de um tempo de 45 minutos para o tratamento de matérias que exigem uma reflexão aprofundada e um debate fundamentado.

Trouxe a terreiro estes dois aspectos específicos para mostrar que não é com alterações avulsas na estrutura do sistema educativo, principalmente se originadas por um propósito de reduzir custos, que o ME prestigia a escola pública ou concretiza um objectivo tão válido como o de "valorizar o trabalho e a profissão docente".

Esta será porventura uma das grandes contradições do XVIII Governo Constitucional – o de levar à prática políticas educativas que em nada se coadunam com as grandes finalidades que, retoricamente, diz prosseguir.

Se assim não fosse, o Governo não procederá a cortes orçamentais que, em 2010/2011, atingem 5% no financiamento das escolas e 803 milhões de euros no orçamento do ME, nem tão pouco degradaria o funcionamento das escolas com a persistente e cada vez mais acentuada crise de pessoal auxiliar, a que hoje se chama "assistentes operacionais". Nem cairia na mesquinhez pecuniária (tudo é bom desde que se poupe!) de calcular o pagamento das horas extraordinárias dos docentes, considerando como divisor 35 horas semanais.

Se o passado político recente em nada contribuiu para a afirmação identitária da classe docente nem para o prestígio e melhoria da escola pública, é porém minha convicção que não devemos ficar amarrados à frustração causada pelos governos cavaquistas, pelo vendaval destruidor do anterior governo nem pela fragilidade e incoerência das políticas educativas do que agora caiu, antes devemos somar forças para alterar esta situação, cientes de que "o presente nunca é um empurrão do passado, mas um apelo do futuro". ■

mesmo conteúdo profissional desde o primeiro dia de aulas até à idade da reforma, estabelecendo essa distinção através do concurso mais estúpido e atrabiliário que jamais existiu. Mas o fim desta divisão teve tanto de sensato como de falso e inútil, porque, em sua substituição, Isabel prolongou a duração da carreira até à idade da reforma e, como se não bastasse já essa contrapartida, foi conivente com o congelamento das progressões na longa carreira por ela negociada, aceitando, sem pudor e sem se demitir, rasgar o seu polémico acordo com os sindicatos, arrancado a ferros a altas horas da madrugada, vencendo os representantes sindicais pelo cansaço e pelo sono. Esta atitude de tudo fazer para conseguir um acordo e, depois, displicentemente não o cumprir, nega todos os valores que tenta inculcar como escritora de literatura juvenil e diz tudo sobre a falta de coerência e a frágil idade do seu carácter.

Exceptuando esta intervenção, sem efeitos práticos, na estrutura da carreira docente, em qualquer outra dimensão importante das condições de trabalho dos professores, Isabel Alçada manteve ou piorou o que tinha sido já montado pela actual Presidente da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Apesar de se ter mostrado condóida com o excessivo número de horas gastas e não contabilizadas na componente não lectiva e prometido corrigir as absurdas regras de elaboração dos horários dos professores, tentou, felizmente sem sucesso, agravar substancialmente essas normas, eliminando a obrigação legal de um número mínimo de horas para o trabalho individual. Piorou o já horrível sistema de avaliação do desempenho docente, criando uma miríade de avaliadores sem formação e acrescentando-lhe setenta e dois descritores comportamentais, com conteúdos ambíguos, subjectivos e impossíveis de medir, dada a inexistência de qualquer instrumento de medida adequado para esse efeito. Alinhando pelo argumento cretino, cego e mistificador da estabilidade do corpo docente das escolas, não respeitou o compromisso de realizar um concurso em 2011, aumentando dessa forma o já elevado número de precários no suprimento de necessidades permanentes do sistema e obrigando muitos professores do quadro ao conforto de permanecerem longe de casa durante, pelo menos, quatro anos. No que respeita à formação contínua, mesmo relevando como palavras ao vento a sua expressa intenção de melhorar as condições de acesso e participação nessa formação, é impossível deixar de sublinhar que o consulado

de Isabel Alçada ficou marcado pela maior penúria de sempre em oferta gratuita de formação e pela proliferação de acções de formação só acessíveis a troco do vil metal. Nestes cinco aspectos decisivos para a atractividade da profissão docente (estrutura da carreira, horário de trabalho, avaliação do desempenho, formação e concursos), Isabel Alçada não conseguiu travar a espiral de desmotivação que afecta a generalidade dos professores, nem diminuiu a tradicional tendência de fazer com que esta profissão seja considerada como o último recurso de quem precisa entrar no mercado de trabalho. Se a tudo isto somarmos os cortes salariais e o aumento progressivo da idade da reforma, numa actividade cada vez mais exigente e desgastante, será difícil imaginar um quadro mais negro de insatisfação profissional.

Organização e qualidade do sistema educativo

Passemos agora às questões mais gerais relacionadas com a organização e qualidade do sistema educativo. Esta ministra continuou na senda da escola a tempo inteiro e família a tempo parcial, sem dar sinais de qualquer inquietação perante as preocupantes consequências pedagógicas e sociais já anunciadas por vários psicólogos e estudiosos da educação. Partilhou a mesma obsessão pela intensiva ocupação escolar dos alunos, através de actividades de substituição da treta, que são um castigo para os professores mais assíduos e mais não fazem do que massacrar os alunos e aumentar a sua aversão pela sala de aula. Engendrou um arremedo de reorganização curricular para poupar 43 milhões de euros, sem tocar em problemas essenciais, tais como, o absurdo número de disciplinas em certos anos de escolaridade, o facto de alguns professores só terem contacto com as suas turmas uma vez por semana, a duração dos tempos lectivos de três ou seis quartos de hora conforme os gostos, ou a anquilosada e desajustada divisão do ensino não superior em quatro ciclos. Apresentou com toda a pompa e circunstância, como se fosse um instrumento ansiosamente esperado e imprescindível para o trabalho dos professores, umas chamadas metas de aprendizagem, puramente folclóricas e abstractas, sem cuidar de diminuir os programas comprovadamente extensos e inexequíveis de certas disciplinas ou articular os conteúdos programáticos do currículo de cada ano de escolaridade. Introduziu discretamente uma discussão pública sobre as desvanta-

gens da repetência, só para apalpar o terreno, fugindo rapidamente ao debate, sem explicitar com clareza a sua posição sobre o assunto, numa aparente estratégia para encobrir, justificar, desculpar e, sobretudo, não enfrentar o facilitismo galopante que se instalou nas escolas e perpetuar a indiferença do sistema perante o facto de cada vez mais alunos transitarem de ano, sucessivamente reprovados às mesmas disciplinas. Sobre o número de alunos por turma e o número de turmas por professor disse nada, como se fossem factores despreciados no combate ao abandono e insucesso escolares. Não beliscou o modelo de gestão imposto por Maria de Lurdes para domesticar os professores, mas tornou mais difícil a acção dos directores, diminuindo-lhes o número de adjacências e aumentando o número de escolas de cada unidade de gestão. Conduziu, com um zelo desmedido e sem perder o sorriso automático de cinco em cinco segundos, o encerramento de centenas de escolas do país profundo, ajudando a dar o golpe de misericórdia em muitas aldeias moribundas. No momento em que alinhavo estas considerações, Isabel Maria Girão de Melo Veiga Vilar, diminuindo, uma vez mais, o seu nome artístico, ainda estrebucha na televisão, fingindo-se estupefacta com o enterro do regime de avaliação de professores “a meio do ano lectivo”, como se o seu modelo e o anterior tivessem sido implementados no início de qualquer dos períodos a que se aplicavam. Mesmo ao sair de cena, não resistiu à tentação de nos brindar com um exercício de demagogia baco-ca, só para mostrar que alguma coisa aprendeu com o chefe do seu governo. Tendo recebido uma herança pesada e tendo visto o seu ministério ser transformado numa mera repartição do Ministério das Finanças, a margem de manobra de Isabel Alçada era mais do que estreita. Esperava-se, no entanto, muito mais de alguém que foi, salvo erro, uma das primeiras sócias do SPGL e chegou a integrar os seus corpos gerentes. Tal como a sua antecessora, que teve ligações ao movimento anarquista, não se vislumbra na sua passagem pelo poder nenhum dos sonhos do passado. Isabel Alçada ligou o seu nome ao período mais funesto para a dignidade e valorização dos professores. Pelas apreciações que faço neste sintético balanço sobre a sua prestação governativa, lamento sinceramente ter que lhe atribuir a única classificação possível para tamanha incoerência e desilusão: um zero à esquerda, ou seja, como ministra da educação, Isabel Alçada conseguiu ser menos que nada. ■

Escola barata e obediente

•Miguel Reis

Professor
Movimento Escola Pública

Contrastando com a imagem de dama de ferro, fria e calculista, protagonizada pela sua antecessora, Alçada surgiu como uma espécie de fada encantadora pronta a pacificar as escolas. Como conzinha. É que o confronto intenso que opôs governo e professores terá custado a maioria absoluta a José Sócrates, obrigando o novo Executivo a mudar na atitude e nas aparências. Assim, se no parlamento o PSD contemporizou e salvou Sócrates de uma derrota contundente em relação ao modelo de avaliação (felizmente, lá deu a sua cambalhota eleitoralista há poucas semanas atrás) o anúncio público do fim da divisão da carreira docente confirmava a trégua: o governo voltava atrás no roubo gigantesco aos professores, algo que só está habituado a fazer quando os pedintes são banqueiros. Assim, todos os professores voltam a poder chegar ao topo da carreira, mesmo que em condições bem piores (34 a 40 anos de serviço) do que aquelas que vigoravam antes de 2007 (27 anos de serviço). Só que os cordões que o Governo seria obrigado a abrir para garantir este acordo ficarão fechados, bastando para isso manter indefinidamente as carreiras no congelador.

A missão de Isabel Alçada explicava-se assim: como contornar a contestação massiva dos professores - que trouxe enormes custos políticos - sem pronunciar a palavra derrota, e manter a Educação refém da ortodoxia financeira, sem políticas de fundo que verdadeiramente ajudem a combater o insucesso escolar e o atraso. Por trás dos sorrisos plásticos que queriam fazer esquecer do autoritarismo bélico da antecessora, o que sobra é um mandato confrangedor e praticamente inexistente. Dir-se-á que foi a crise económica e financeira que despromoveu a ministra da educação a secretária de estado de Teixeira dos Santos. Isso até pode servir de desculpa a uma ministra sem força para colocar o investimento na escola pública na linha da frente da resposta à crise, pois apostar nas pessoas seria apostar no mais importante para o país.

Mas essa nunca foi a sua vontade. Nem da anterior. A crise não foi uma desculpa, foi tão só o pretexto perfeito. Sim, o pretexto para continuar o projecto do Partido Socialista para a escola pública: uma escola barata, uma escola cada vez mais empresa, uma escola obediente.

Uma escola gerida por directores, com cadeias de comando e professores que competem contra professores. Uma escola feita de hierarquias obedientes que garantem a produção e reprodução de resultados artificiais. Instituições baratas, sem recursos para o sucesso real de todos os alunos, sustentadas à custa da precariedade e do medo servil de milhares de profissionais. Esta é a escola de Sócrates. É a escola refém do neoliberalismo. As reformas deste governo concorrem todas para este desenho: modelo de gestão, modelo de avaliação, inexistência de concursos para ingresso nos quadros, alienação do património escolar a empresas de capitais privados, constituição de mega-agrupamentos e encerramento indiscriminado de escolas.

Uma escola a funcionar como uma empresa

Esta escola deve funcionar como uma empresa (uma mega-empresa), gerida por um director porque isso da democracia só serve para empatar resultados. Os seus trabalhadores são os assistentes operacionais e os professores. Os primeiros são poucos para muito trabalho e cada vez mais precários. Os segundos proletarizam-se e mergulham na papelada das avaliações, dos decretos-lei e na confusão das grelhas, sem tempo para preparar e melhorar as suas aulas, qual fábrica automática. Detêm-se nas formalidades, obedecem e competem. Para os que se vão embora fica a desilusão, para os que entram resta a precariedade e a ausência de direitos, os contratos mensais ou anuais e uma escola diferente a cada ano (durante o reinado de Sócrates entrou apenas um professor nos quadros das escolas por cada 38 que saíram). Tudo isto sai barato, mas sabemos que o barato sai caro. Paralelamente ao encerramento de es-

colas, este governo ofereceu-nos os mega-agrupamentos escolares. São mega-estruturas, geridas por um megadirector: uma lógica concentracionária que ilustra bem a linguagem "multinacional" de um governo rendido à empresarização e ao neoliberalismo. Nestes mega-agrupamentos, sob a alçada de um só director, estarão perto de três mil alunos e centenas de professores e auxiliares. A gestão democrática e de proximidade, a autonomia na escolha de projectos educativos, a constituição de equipas docentes cooperativas, a resolução de problemas simples, tudo isto passará a ser um bicho-de-setecabeças. Em vez disso, o governo oferece à comunidade escolar um capataz que tudo centraliza e que será sempre muito mais um funcionário acrítico do Ministério da Educação do que alguém comprometido com as aspirações e os projectos de cada comunidade escolar. Mais uma vez, o barato sai caro.

Se o governo diz defender a escola pública contra a direita que a quer enterrar, o que faz é outra coisa. Estrangula a escola pública (tornando-a barata) e põe-na a render. É que as obras que de facto melhoraram as condições de muitos estabelecimentos de ensino são garantidas pela Parque Escolar e quase sempre sem concurso. Esta "Entidade Público-Empresarial" vai posteriormente beneficiar do arrendamento dos espaços, não só ao fim-de-semana mas também durante a semana, desde que garantidas as actividades lectivas. Em vez de entregar uma escola nova à comunidade, o governo prepara-se para vender a escola à comunidade. Barata para o Estado, cara para as pessoas.

As "metas"

Que ideia nova trouxe Isabel Alçada? Puxando muito pela cabeça, talvez as "metas". Isso, "as metas". Isabel Alçada apresentou as "metas de aprendizagem" como a grande estratégia para combater o insucesso escolar. A ideia parece ser mais ou menos esta: as escolas devem escalonar e aferir determinados conhecimentos essenciais que os alunos devem possuir no final do ano,

cruzando depois esses dados com as notas nas provas de aferição e com o número de chumbos. Assim, as escolas devem empenhar-se para que todos os alunos atinjam as metas e os chumbos diminuam. É este o contributo de Isabel Alçada para o sucesso escolar. Revisão curricular a sério quando alunos de 13 anos têm 13 disciplinas? Não é prioritário. Mais professores de Ensino Especial? Não é necessário. Turmas menos grandes? É até desaconselhável. Mais professores nos quadros e menos precariedade? O Ministério das Finanças não deixa. Equipas multidisciplinares para apoiar os alunos? Não vale a pena porque a ministra assegura ser normal a existência de um psicólogo por dois mil alunos nas escolas portuguesas.

Assim, para Isabel Alçada, como para Sócrates, melhorar o sucesso escolar é apenas uma questão de organização e empenho e é possível fazer omeletas sem ovos. Bastam artifícios estatísticos e até alguma psicologia de algibeira feita através de vídeos patéticos, afirmando banalidades como “estudar é um desporto do cérebro” e “se cada um dos alunos estiver concentrado na aula, se estiver com atenção, se realizar os seus trabalhos, se conseguir ler e escrever bem, aprender os assuntos que vêm nos livros, ou seja, se seguir as orientações dos senhores professores, conseguirá obter resultados”. De facto, em matéria de aumento do sucesso escolar, enquanto o Ministério das Finanças não permitir a contratação de um Scolari para cada sala de aula, restam-nos as “metas” a barganha da senhora ministra. “Vamos meninos!”.

Mais uma vez o puzzle (des)educativo de Sócrates compõe-se: uma escola barata, obediente, sem recursos, ou cujo único recurso é a exaltação do esforço e do empenho feita pelos responsáveis políticos.

Esta ideia peregrina das “metas” faz parte de um discurso do governo que até parece de esquerda. É o discurso do fim dos chumbos e que assusta os conservadores e a direita. E que, a bem dizer, pela forma como é proferido, assusta a maioria dos professores em vez de iniciar um caminho emancipatório no seio da escola. Há de facto muitos docentes que consideram os chumbos uma inevitabilidade necessária para distinguir os melhores dos piores, e que consideram que há alunos que “nunca terão hipótese”. Esta visão conservadora que atravessa todas as escolas é responsável por muito amorfismo, apatia e resignação. Não há dúvida que é necessário juntar forças para combater os fatalistas da estratificação. E o que faz este governo em nome desse combate?

Hipoteca-o totalmente na forma como defende e apresenta a ideia do fim dos chumbos. Em primeiro lugar porque ninguém pode levar esse discurso a sério quando ao mesmo tempo se retiram os recursos necessários às escolas para promover o sucesso escolar (vejam-se as medidas draconianas do Orçamento de Estado deste ano). Ou seja, a intenção governamental é imediata e muito justamente catalogada como uma tentativa de produzir um sucesso meramente artificial, apanágio da tradição propagandística deste executivo em tudo o que diz respeito à utilização perniciosa de estatísticas na área da educação. Em segundo lugar, é curioso que o principal argumento do governo para acabar com os chumbos seja a poupança, dado que os chumbos custam caro ao sistema. Não interessa se as crianças aprenderam mais ou aprenderam menos, o que interessa é que se não chumbarem sai mais barato. Ou seja, o PS quer acabar com os chumbos porque isso lhe permitiria poupar muito dinheiro, em vez de investir muito na Educação para tornar os chumbos desnecessários. A conclusão é que o “economês” deste governo está por cima do debate ideológico tradicional sobre a escola. Não se trata de defender o direito ao sucesso de todos os alunos contra as visões meritocráticas e elitistas que são apanágio da direita conservadora. Trata-se simplesmente de poupar dinheiro olhando para a escola como uma empresa que deve produzir resultados. O neoliberalismo deste PS quer mascarar-se de esquerda colocando-se vagamente do lado emancipatório, mas ao deixar tudo na mesma relativamente ao sucesso escolar real dos alunos, está de facto a tomar o lado conservador. A escola desiste de corrigir as desigualdades de partida, deixando que elas se reproduzam e se ampliem.

O cínico piscar de olho à esquerda

Podíamos ainda acrescentar três áreas em que o Ministério da Educação piscou o olho à esquerda, ainda que com todo o cinismo: a escola a tempo inteiro; o conflito com o ensino privado e a redução do abandono escolar através da aposta nos cursos profissionais. Mas uma análise mais cuidada mostra como é quase sempre o neoliberalismo quem tem a última palavra. Senão vejamos:

- Não há dúvida que a Escola Tempo Inteiro, através das Actividades de Enriquecimento Curricular (AECs), foi uma medida importante e necessária principalmente para as famílias com menos capacidades económicas. O que

não é de esquerda é pôr em prática esta medida recorrendo a mão-de-obra totalmente precária através da delegação sucessiva de competências nas Câmaras Municipais e nas Empresas de Trabalho Temporário que viram aqui uma ótima oportunidade de negócio. O que também não é de esquerda é a privatização de uma parte do currículo, pois áreas como o Inglês ou a Música deveriam fazer parte do currículo nacional dos alunos do 1º ciclo.

- Quanto à redução dos valores dos contratos de associação com muitas escolas privadas é uma medida que apesar de pecar por insuficiente, é de aplaudir contidamente, ainda que não haja nenhuma razão de esquerda que a tivesse determinado. Pelo contrário, foi a ortodoxia neoliberal da redução do défice que a impôs. Além disso, continuam a existir muitas escolas privadas subsidiadas ao lado de escolas públicas que não esgotaram a sua capacidade e a legislação agora aprovada não apresenta dados objectivos para definir o que é uma “zona carecida de rede pública”. Paralelamente, o governo não tem sequer uma estratégia de investimento na escola pública onde ela não existe. Percebe-se bem por que motivo não quer meter o dedo na ferida. O peso da Igreja e de grupos económicos aconselha cautela. Por isso, o reajuste financeiro nos contratos de associação foi apenas mais um efeito colateral do imperativo da austeridade, sem a coragem de fazer uma reforma que valorize a Escola Pública e que vá tornando obsoleto o subsídio ao negócio privado.

- No que diz respeito à aposta nos cursos profissionais no ensino secundário e aos EFAs no terceiro ciclo, é inegável que contribuíram para que muitos estudantes continuassem na escola, e esse facto não deve ser desvalorizado. Mas sobra sempre uma sensação desagradável. É que esta aposta é ao mesmo tempo uma desistência da escola enquanto instrumento de emancipação e de igualdade de oportunidades. É o assumir de que a escola é incapaz de oferecer oportunidades iguais de futuro. Uma escola com recursos pedagógicos suficientes para apoiar todos os alunos com mais dificuldades seria capaz de evitar percursos de primeira e de segunda, apostando em currículos para todos que pudessem misturar as componentes mais teóricas e as componentes mais práticas, sem desistir de nenhum aluno.

Essa é a escola que este governo nunca quis construir, porque prefere a que temos: barata, obediente e funcionando como uma empresa. Com o sucesso

Continuidade sem evolução

•Rolando F. Silva

Dirigente do SPGL

Acabou por se enganar quem esperava que um governo minoritário, por penalização eleitoral, aprendesse alguma coisa, após uma governação maioritária marcada pela arrogância e pela imposição, que suscitaram os maiores protestos de rua desde o 25 de Abril. Mas não, apenas a cosmética mudou (o sorriso de plástico em vez da cara de papão) o programa político e a postura foi a mesma: propaganda e mais propaganda, centralização em cima de centralização e a mais subserviente submissão ao Ministério das Finanças, convertendo a 5 de Outubro numa espécie de subsecretaria de Estado desse dito ministério...

1. O primeiro dos objectivos programáticos do governo agora deposto era a *“universalização de frequência da educação básica e secundária”*, mas estamos a ver que, com as limitações orçamentais e o abaixamento do investimento na área da educação, as medidas que foram tomadas têm mais a ver com o querer fazer omeletas sem ovos, pelo que o desiderato de escolarizar todas as crianças entre os 5 e os 18 anos de idade começou a caminhar a passo de caracol. Veremos quanto tempo vai ser necessário para ser alcançado, tendo em conta as assimetrias regionais e a política de diminuição dos apoios sociais às famílias mais carenciadas. E quanto à faixa dos 3 aos 5 anos, nada se diz, o mesmo sucedendo em relação ao período anterior.

2. Outro dos objectivos dizia respeito à consolidação e ao alargamento das *“oportunidades de qualificação certificada para os jovens e adultos”*. Quanto a esta matéria, alguma coisa tem sido feita, com qualidade diversa mas, apesar das pressões governamentais, as metas que foram estabelecidas dificilmente seriam alcançadas. Embora o número de portugueses com certificados do 9º e 12º anos tenha aumentado substancialmente.

3. O terceiro dos objectivos prioritários dizia respeito a *“desenvolver programas da melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos”*, mas a “crise” levou a que este governo esquecesse o que estava escrito e tivesse optado por tentar diminuir a carga curricular, particularmente nas áreas disciplinares transversais, o que a Assembleia da República acabou por rectificar, impedindo que algumas dezenas de milhar de docentes (sobretudo os contratados) fossem lançados para o desemprego já no início do próximo ano lectivo.

4. O objectivo seguinte, nas linhas programáticas do XVIII governo já falecido, mas ainda em gestão corrente, era mesmo daqueles que só se inserem na área da propaganda: *“reforçar os recursos, as condições de funcionamento, o papel e a autonomia das escolas”*. Aquilo a que assistimos, na pura continuidade do governo anterior, foi ao massivo encerramento de escolas do 1º CEB (sobretudo das zonas do interior rural) e à constituição forçada de agrupamentos e megagrupamentos de escolas, a tentativa de criar uma cadeia directamente dependente do M.E. – o Conselho de Escolas – que nada tem a ver com autonomia, bem como a transferência de responsabilidades e competências na área do Ensino Básico para as Câmaras Municipais (quase sempre sem as contrapartidas financeiras adequadas). Será preciso recuar à década de 30 do século passado para encontrar índices de desinvestimento e de desvalorização do papel social da Educação, como aqueles que se verificaram nestes dois últimos governos.

5. O quinto objectivo era, imaginem, *“valorizar o trabalho e a profissão docente”*... Neste domínio, e por força da contestação feita ao governo anterior, acabou a divisão da carreira entre professor e professor titular e, paralelamente com o aumento do número de anos para se atingir o topo da carreira, foi acrescentado mais um índice à carreira (se bem que praticamente inatingível para a gran-

escolar na ponta da língua, a banha da cobra é o prato que nos oferece. Quando quer economizar e domesticar, faz contorcionismo para que se perceba que é tudo em nome do sucesso escolar. Quando milhares de vozes reclamam por medidas óbvias e simples para combater o insucesso - como a redução do número máximo de alunos por turma - o governo responde, com muito contorcionismo, que o efeito seria o contrário. Só que a propaganda não consegue esconder a frieza da sua política: enterrar de uma vez o projecto da escola pública emancipatória.

O que faz falta

O que verdadeiramente faz falta é uma escola pública capaz de combater o insucesso escolar através de equipas de psicólogos, professores e assistentes sociais, acarinhando o ensino especial, reduzindo o número de alunos por turma e o número de turmas por professor, e dispondo de todos os meios humanos e materiais necessários para evitar o florescimento das explicações privadas à custa do insucesso. O que verdadeiramente faz falta é uma escola com novos saberes e novas práticas, capaz de dar prazer a professores e alunos, terminando com a compartimentalização estanque dos saberes e ligando-a à vida. A escola deve respeitar as opções, os interesses e os ritmos de cada um/a. Ela tem que deixar de ser uma “seca” para muitos para passar a ser uma oportunidade de realização e crescimento pessoal para todos/as. Tem, por isso, que fazer sentido. Ela deve fornecer as ferramentas críticas que permitam a desconstrução do preconceito e dos estereótipos bombardeados pelos *media*. A escola pública precisa de todos os recursos e estratégias para garantir autonomia intelectual, prática e artística a todos os alunos.

Mas sobre isto que importa - escola inclusiva, igualdade de oportunidades e combate ao atraso – pouco ou nada foi feito. Com a Educação de mãos atadas pela corda das Finanças o pântano permanece: turmas sobrelotadas, ausência de equipas multidisciplinares (psicólogos, mediadores culturais, terapeutas de fala, etc.), desinvestimento no ensino especial, manuais escolares a preços de luxo, e dezenas de milhares de professores em regime de total precariedade e instabilidade. Uma escola que não motiva e que desiste. Está, portanto, tudo por fazer. ■

de maioria dos docentes). É claro que estas medidas positivas foram logo absorvidas e abafadas pela “crise”: congelamento das progressões, cortes nos salários e ameaças de corte nas pensões e nos subsídios de férias e do Natal. Ao mesmo tempo obrigam-se os professores correctores de exames a exercer essas funções quadrienalmente e no lançamento do próximo ano lectivo estava previsto o aumento da componente não lectiva do trabalho semanal, não sendo estipulado um número de horas mínimas necessárias para a componente de trabalho individual dos docentes. É significativo, não é?

6. Por último, em termos de síntese, dificilmente se percebe como é que um governo minoritário, que necessitava de dialogar com os parceiros sociais, partidos políticos e sindicatos, tenha pretendido avançar sozinho e impor um regime de avaliação de desempenho docente, burocrático, discriminatório, pouco transparente, sem garantias de imparcialidade, com

relatores designados aleatoriamente e com uma complexidade inaudita que, ainda por cima, apenas era uma “re-make” do já publicamente chumbado modelo do governo anterior. O resultado foi o início de uma contestação que surgiu no interior das escolas, com sucessivas tomadas de posição dos seus órgãos contra o modelo, com a apresentação de centenas de pedidos de escusa por parte de relatores nomeados contra a sua própria vontade. A toda esta situação permaneceu o governo cego e surdo, já que mudo não, pois propalava que, já mesmo nas vascãs da agonia final (e mesmo depois!!!), tudo estava a correr normalmente nas escolas em relação à avaliação do desempenho docente...

O resto da “estória” é o da fábula da rã que tanto inchou com a sua vaidade e arrogância que acabou por estourar. Lamentavelmente, o Presidente da República, tão lesto a publicar diplomas que agravam as condições dos trabalhadores e de constituição

nalidade duvidosa, não achou melhor solução do que recorrer à fiscalização preventiva do diploma votado pelos partidos da oposição na Assembleia da República, que suspendia o famigerado decreto regulamentar nº 2/2010, de 23 de Junho. Enquanto que o governo continua sem perceber que requerer a fiscalização sucessiva do mesmo diploma é um mero estratagem político de desespero.

Contudo, é preciso ter em conta que estas duas iniciativas poderão produzir alguma instabilidade nas escolas no último período lectivo e bom seria que assim não fosse, pois o final do ano lectivo é sempre um período que deveria proporcionar aos professores, pais e alunos tranquilidade para concluir um ano lectivo com um mínimo de condições. Cruzar a inexequível avaliação do desempenho docente com este final do ano lectivo seria introduzir o caos completo e o descrédito total do nosso sistema educativo. E é provável que alguém o vá ter de pagar no próximo dia 5 de Junho... ■

Seis anos de governação do MCTES Que Balanço?

Mariano Gago foi o único ministro (para além do ministro da presidência) que governou a ciência, a tecnologia e o ensino superior durante o mandato de José Sócrates. Processo de Bolonha, RJIES e estatutos de carreira foram os pratos fortes, mas os cortes orçamentais foram sempre uma realidade em todas as instituições do ensino superior público desde 2006 até ao presente. A FENPROF tem denunciado veementemente esta medida que se enquadra numa política de redução cega da despesa do Estado. Esta situação de **desinvestimento continuado** que globalmente cortou 20% à verba disponível entre 2007 e 2009 e que, apesar de um movimento de sentido inverso, em 2010 (com os **contratos de confiança**), ficou muito longe de compensar os cortes dos anos anteriores, tem comprometido inexoravelmente as reformas que Mariano Gago se propôs fazer. A **liberalização das propinas** em

grande parte dos mestrados, combinada com o desinvestimento no Ensino Superior Público, veio contrariar a necessidade de aumentar a democratização do acesso e da frequência do ensino superior.

A **reforma dos cursos**, realizada no âmbito do chamado **Processo de Bolonha**, foi precipitada e aplicada de forma burocrática, desvalorizando a prossecução da cultura integral do indivíduo, em favor do objectivo imediatista da “empregabilidade”. A **criação das Fundações** com regime de direito privado, decorrente da aplicação do RJIES, ameaça conduzir à submissão das instituições aos critérios estreitos de rentabilidade económica e aponta para uma futura privatização.

Da **aplicação do RJIES**, se é positivo o aumento global dos requisitos indispensáveis à garantia de qualidade do ensino superior, quer no sector público, quer no privado, já é inaceitável a desvalorização de **princípios elementares de gestão democrática**: a elegibilidade dos órgãos,

a representatividade dos *corpus* e a participação da comunidade escolar e científica do ensino superior.

No âmbito da **reforma dos estatutos das carreiras**, foram alcançadas soluções positivas embora poucos concursos tenham sido abertos, não permitindo substituir os professores das categorias de topo que se têm aposentado por seus colegas mais qualificados das categorias de base e impedindo a renovação do corpo docente. O **congelamento das progressões** vem agravar a falta do reconhecimento do mérito profissional.

Acresce ainda a **falta de condições necessárias para carreiras de investigação e desenvolvimento** de maior atractividade para os investigadores.

A política de financiamento restritivo, que ameaça bloquear o desenvolvimento e renovação das instituições do ensino superior, pode comprometer o papel estratégico para o desenvolvimento do país e a saída da crise. ■

Área de Projecto

“Quem sabe se não será esse o paradigma do século XXI”



A Área de Projecto, no Ensino Secundário, foi eliminada - com a publicação do Decreto-Lei nº 50/2011 - já depois desta conversa colectiva. O que mais reforça a importância e o valor deste testemunho. Para que melhor se compreenda o que todos perdemos - a escola, os alunos, os professores.

A Área de Projecto (AP) e a forma inovadora como ela é trabalhada, já há anos, na Escola Secundária de Camões, foi o tema de uma “mesa redonda” improvisada, com alguns dos professores envolvidos nesta área, e João Jaime e Adelina Precatado, da direcção da escola.

Uma conversa informal num velho espaço de arquivo, em que participaram Lino Neves, da Área Projecto de Fotografia e Multimédia, Maria João Conde, da Área Nós-Empreendedorismo Social e Voluntariado e Helena Duque, da Área de Projecto Dança. E se falou de paixão, criatividade, novos paradigmas, cidadania. Entre muitas outras coisas.



A Escola Secundária de Camões desenvolve a Área de Projecto de uma forma diferente do que é mais habitual – por áreas. Como surgiu a ideia?

Lino Neves - A ideia de partida foi que cada grupo disciplinar propusesse áreas não disciplinares, que seriam as áreas de projecto da nossa escola. Nesse sentido, cada colega, cada docente, tomou a decisão de fazer uma proposta. Essas propostas foram depois debatidas no Conselho Pedagógico e passadas ao papel, com um programa, objectivos, finalidades, como se fosse um programa curricular. Foram aprovadas em Pedagógico e, a partir do ano seguinte, implementadas. Os alunos podem escolher livremente. Essa é outra das características da nossa AP – não há uma adjudicação de alunos de áreas específicas a áreas de projecto específicas. Há uma liberdade total. Era uma experiência nova, não sabíamos como é que iria resultar. Mas acabámos por concluir – através do *feedback* que tivemos – que foi uma excelente ideia.

Adelina Precatado – Esta organização da Área de Projecto começou com a Reforma Curricular, com a reorganização curricular que incluía a Área Projecto. Mas há aqui um pequeno *antes* que também é interessante referir. Quando da reorganização curricular, uma das disciplinas foi a Área de Projecto. E enquanto foram saindo todos os programas para as outras disciplinas, para a área de projecto não saiu nada. E, portanto, foi esta lacuna - que penso que acabou por ser positiva - que em muitas escolas se foi discutindo. E esta discussão centrou-se em: o que é que vamos fazer com a AP? Assim, quando chegaram as orientações curriculares da organização da AP - que estão um pouco em contradição com a forma como nós nos organizámos – o Conselho Pedagógico tomou uma posição e decidiu: não, nós já andámos a trabalhar bastante

nisto, já tomámos esta decisão e, portanto, vamos manter a organização que temos pensada. E mais tarde voltou-se a discutir se esta organização era de manter ou não e, como o balanço do primeiro ano era positivo, manteve-se. Ou seja - às vezes o facto de o ME não definir logo tudo à partida acaba por ser positivo, quando as escolas debatem e se envolvem nas questões. Foi assim desde o início. Desde 1996/97. Foram mudando as áreas. Apareceram áreas novas. Há áreas que se mantiveram desde sempre. Foi-se melhorando a organização, discutindo, introduzindo uma ou outra alteração. Mas o fundamental da organização mantém-se.

Que balanço é que vocês fazem desta experiência?

João Jaime – Penso que o nosso balanço só pode ser um balanço positivo. Aliás, a nossa tomada de posição, quando soubemos da pretensão do ME de querer terminar com a AP do secundário, foi de alerta. Porque temos neste momento uma disciplina de que os alunos gostam, a que os professores se dedicam, com resultados significativos em termos de uma nova forma de estar na escola. E a sua riqueza reside na transversalidade.

Normalmente os alunos fazem o seu percurso escolar na mesma turma. E, pela primeira vez, juntaram-se num espaço com outros jovens da escola, com quem eles nunca teriam partilhado experiências, com estilos diferentes – uns das ciências, outros das humanidades, outros das ciências sociais. E isso permite uma grande riqueza de contactos.

É evidente que houve áreas de projecto mais visíveis no início – e a dança provavelmente foi a primeira área de projecto em que a comunidade começou a assistir aos espectáculos e a pensar: cá está uma actividade interessantíssima.

Mas, depois, outras actividades surgiram,

outras áreas de projecto que vieram a ter a sua importância. E, neste momento, a escola tem seis, sete áreas de projecto – Roteiros, Sons, Cinema (e dentro do Cinema – a filosofia do cinema e as linguagens do cinema), Robótica, Fotografia, Solidariedade.

Maria João Conde – Há aqui uma coisa interessante, que tem a ver com economia – isto, de certo modo, funciona de acordo com as leis do mercado. Ou seja – se os alunos se inscrevem numa área de projecto, essa área abre; se os alunos não se inscrevem, não abre. Os alunos tentam naturalmente saber, através dos colegas, como é que uma área funcionou. Pelo que, geralmente, uma área de projecto tem os seus alunos inscritos de acordo com o seu funcionamento nos anos anteriores. Penso que isso também é uma riqueza – são os próprios alunos, ao fim e ao cabo, que determinam as áreas de projecto. Há áreas de projecto que só se realizaram durante um ano. Por exemplo, no nosso grupo havia uma área de projecto que era muito ligada à União Europeia. E o que é que aconteceu? Os alunos sentiram que era demasiado semelhante ao que já davam na disciplina de Economia. E, assim, acabou por não ter continuidade. Não quer dizer que essa área de projecto não fosse boa, mas o que se procura é uma coisa diferente.

Lino Neves – Isso é fundamental. Ao fim destes anos, a nossa conclusão é que as nossas áreas de projecto incidem sobretudo em vertentes que têm a ver com criatividade, com crítica, com acção, com intervenção social. Mas em que a criatividade é sempre muito importante. E aquelas outras áreas de projecto, que tinham uma relação muito estreita com o que era curricular, acabaram por perder público.

Penso que esse é um dos elementos positivos. No fundo os alunos precisam de espaço. E essa criatividade é cada vez mais necessária no mundo de hoje, no mundo do

trabalho. Não basta tirar um curso. É preciso ter ideias, é preciso saber pensar, é preciso estar habituado a, quando não há soluções, descobrir como fazer, de uma maneira diferente do habitual.

Há aqui um aspecto, que também foi referido, que me parece importante: o pôr em contacto jovens de áreas diferentes que, de outra forma, não trocariam experiências. Em que medida é que isso pode ser enriquecedor para os próprios, mas também para a sua forma de estar, de ver a realidade?

Helena Duque – Eu, na dança, noto isso. Tenho alunos que são de ciências. Outros de línguas e humanidades. E noto as diferenças. E como se trata de criar um projecto em que eles têm que se envolver todos, e há danças em que têm que estar pelos menos 8-10 alunos, juntam-se necessariamente alunos de diferentes turmas. Penso que isso é muito enriquecedor para todos. A troca de experiências e o saber ensinar e o saber aceitar a crítica e o saber ajudar o colega. O saber dançar em conjunto. É um ganho fantástico. E penso que eles gostam imenso daquilo que fazem.

No primeiro período tento dar um bocadinho de danças diferentes. E, depois, aproveito também os conhecimentos dos alunos. Por exemplo, este ano tenho alunos de ballet, que também deram uma aula de ballet à turma. O que é óptimo, porque eles acabam por dar a conhecer aos outros colegas aquilo que fazem fora da escola.

Vou correndo assim várias danças e peço-lhes para fazerem uma pequena coreografia para algumas destas danças. Depois, no segundo período, é a preparação para o espectáculo final, em que são eles a lançar os temas. Aí deixo-os “à solta” e eles têm que escolher, apostar na dança que gostam mais, em que se sentem mais à vontade. E vão sugerindo e, todos em conjunto, vão vendo o que é que querem fazer.

Eu diria que, com tudo isto, se cria uma dupla ligação com a comunidade. Por um lado, através do espectáculo, da apresentação do espectáculo. E, por outro, interagindo, trazendo para a escola as experiências de cada um. Isso acontece também nas outras áreas?

João Jaime – Eu falaria em nome daqueles que não estão aqui presentes. Nomeadamente da área do cinema.

Temos duas áreas de cinema diferentes. Uma é linguagens do cinema – virada mais para a criação do filme, de um documentário, em que os alunos procuram, através de um guião, encontrar uma apresentação. E, depois, um trabalho final que tenha consis-

tência e que eventualmente transmita aquilo que pensam da escola e aquilo que pensam do mundo – em termos da sua cidadania – relativamente a esse trabalho.

Por outro lado, uma área de cinema virada à discussão, à linguagem, à crítica do cinema, à procura e à história do cinema, que permitiu inclusivamente este ano avançarmos com o primeiro ciclo de cinema e a criação de um cineclubes aqui na escola.

A área dos Sons tem desenvolvido uma dinâmica com cafés concertos. Já houve dois cafés concertos. Têm também realizado exposições na área da música, testemunhando da diversidade que a música nos traz.

No que respeita aos professores, a grande vantagem da área de projecto é que eles aqui aparecem mais como os coordenadores do trabalho. Não tanto como detentores do saber relativamente à disciplina, mas como coordenadores de um grupo de trabalho que age colectivamente. E são os próprios alunos que são os investigadores, que se dedicam ao seu processo de trabalho e depois apresentam o trabalho a todos. Há aqui um trabalho, nalguns casos colectivo, noutras eventualmente individual. Mas há sempre uma partilha muito grande.

Maria João Conde – Já agora gostaria de salientar que, no caso da área de voluntariado e empreendedorismo social, nós também colaboramos entre áreas de projecto. Por exemplo, os alunos estiveram a desenvolver um projecto, num lar – acompanharam durante quatro semanas e desenvolveram actividades com os idosos de um lar – e, na última semana, os alunos da música também participaram e fizeram todos um concerto, com as músicas que os velhotes gostavam, músicas de antigamente.

O nosso objectivo é tentar que os alunos tenham ideias e apoiá-los nessas ideias. Penso que isso é muito importante.

Anteriormente eu dava Sociologia. E, já então, ia muitas vezes com os meus alunos às instituições, saíamos. Porque penso que é muito importante a escola sair. Uma coisa é explicar o que é uma instituição, outra coisa é ir lá e ver e ajudar a fazer.

Mas é diferente. Porque nós temos um programa a cumprir. Aqui, na área de projecto, há uma maior liberdade. O programa é mais aberto. Não há propriamente conteúdos, mas linhas orientadoras. E essa liberdade é muito importante.

Na minha área, o trabalho é essencialmente desenvolver projectos e ter um contacto directo com algumas instituições – no plano do voluntariado e empreendedorismo social. Aliás, como eu costumo dizer, à partida tudo o que eles fazem já tem um lado empreendedor, pela maneira como o fazem.

Lino Neves – Gostaria de abordar essa vertente de trabalho autónomo. Os nossos alunos deparam com situações que não estão dentro dos seus hábitos. São confrontados com tentativas de construir coisas que são por vezes “rejeitadas” ou reconduzidas pelo professor que está lá nesse papel – a chamá-lhes a atenção para aquilo que não pode ou não deve ser feito ou que deve ser feito de outra forma.

Por exemplo: na área de projecto de filosofia e cinema, as sessões que se realizam são sobretudo de discussão, crítica, relativamente aos filmes e, em particular às temáticas que os filmes levantam. Normalmente os alunos são confrontados com a opinião do outro. E esta forma de funcionamento da área de projecto ajuda-os a crescer.

A robótica é outra área muito interessante, ligada à programação informática. E é necessário ser criativo. Por vezes tem-se a ideia de que a informática pode ser estéril no sentido em que temos que aprender uma quantidade de fundamentos e, depois, há meia dúzia de génios que criam programas e os outros limitam-se a trabalhos de rotina. Mas aqui, na área de projecto – eu tive a oportunidade de assistir a uma aula – há ideias incríveis. Constroem robots todos muito diferentes uns dos outros.

Na minha área – fotografia – acontece por vezes que os alunos pensam que é tudo muito fácil e propõem-se fazer isto e aquilo com toda a naturalidade. E de repente são confrontados com a necessidade de deitar tudo fora. Porque aquilo não se faz assim ou não é suficientemente bom – e tem que ser repensado e feito de outra maneira. Esta tomada de consciência, da parte deles, de que é preciso de algum modo fazer um esforço adicional, é muito importante. E depois a descoberta, posterior, de que afinal até conseguem fazer coisas que, à partida, eventualmente não sabiam se conseguiam fazer – tudo isto, para a construção da personalidade, é muito enriquecedor.

Um outro aspecto importante: na minha área há vários modos de desenvolver projectos. Há uns que são especificamente virados para a fotografia. Mas há outros em que a fotografia é colocada ao serviço de outra ideia qualquer. Inclusive daquelas áreas que são do interesse dos alunos. Eles aprendem, de algum modo, a utilizar outros meios, que não os habituais, para desenvolver trabalhos que são especificamente da sua área. É uma forma de interdisciplinaridade.

Adelina Precatado – Em termos de síntese – a minha síntese, que nem sequer sou professora da área de projecto – gostaria de realçar alguns aspectos que me parece que contribuem para este nosso sucesso. Antes do mais o facto de, à partida, haver,

da parte dos professores que vão orientar as áreas de projecto, um projecto. Ou seja – os projectos surgem com uma temática e com alguns professores que estão já a pensar nisso, que estão dedicados a isso. Portanto – aparecem com nomes. Às vezes vão mudando. A área da dança, por exemplo, começou aqui com outra professora. Mas, em qualquer dos casos, a pessoa está envolvida com esta temática.

Por outro lado, os próprios alunos, também quando se inscrevem nesta disciplina – área de projecto – inscrevem-se em uma ou duas ou três opções (porque às vezes não é possível garantir a primeira opção), mas inscrevem-se numa temática que lhes diz alguma coisa. E isto é um ponto de partida que ajuda.

E aqui é de sublinhar o que eles todos disseram, e que é importante: que são colocados, genericamente, em todos os casos, perante o desafio de serem participantes muito activos no desenvolvimento do projecto.

De referir ainda que existe um certo compromisso tácito, partilhado por todos, de que há que apresentar à escola os resultados dos projectos. Esta divulgação pode ser de uma forma mais ou menos activa. Nuns casos é ao longo do ano todo – estou-me a lembrar dos Sons, com espectáculos -, noutros pode ser um espectáculo final, por exemplo. Mas há aqui um prestar contas à escola. E isso também é um aliciente. E uma responsabilidade. Que os envolve.

Na sessão que fizemos, em que esteve presente Luís Fagundes Duarte, presidente da Comissão de Educação e Ciência, alguns alunos disseram que o interesse que tinham inicialmente pelo desenvolvimento do projecto se transformou, depois, numa verdadeira paixão. Alguns utilizaram este termo. Para outros será menos. Mas penso que estes pressupostos e estas condições que são criadas, na área de projecto, fazem com que muitas vezes, para os alunos, seja uma experiência extremamente enriquecedora – no crescimento pessoal, na forma como desenvolvem o trabalho, e até naquilo que conseguiram fazer e transmitir. De todos os pontos de vista.

João Jaime – Desse encontro com o Luís Fagundes, penso ser particularmente importante realçar, a sua concordância, como presidente da Comissão e como professor universitário, em relação à importância desta disciplina no ensino secundário.

Na minha opinião, esta disciplina – assim aberta – trabalha todos os temas com maior profundidade, livremente, do que disciplinas muito formatadas que eventualmente iriam substituí-la. Como é o caso de uma disciplina para a cidadania.

Estes espaços de liberdade que consegui-



FOTOS: Escola Secundária Luís de Camões

mos construir e aprofundar – a questão da expressão, do corpo, na dança, por exemplo – são mais importantes do que uma sessão com uma orientação muito concreta, sobre a questão da sexualidade ou da saúde.

Penso que esta experiência tem sido gratificante para todos. E, sobretudo, para a dinâmica da escola. A escola, sem área de projecto, é uma escola mais pobre.

Maria João Conde – Alguns dos meus alunos, por exemplo, andam agora a contactar com famílias que têm uma criança com cancro. E vão entrevistar a criança e a família, juntamente com uma associação que satisfaz desejos da criança.

Depois, ao falar com eles, apercebo-me de como crescem. Porque todas essas experiências – a que normalmente eles não teriam acesso – fazem-nos crescer. Eu própria às vezes fico espantada. Pergunto – “então e já enviaste o e-mail à senhora da instituição com o relatório da entrevista?” E respondem-me: “Já stôra, claro!”

E é bom sentir isto, que eles já sabem fazer as coisas por si. E o meu objectivo é também que depois, ao longo da vida, continuem a fazer estas actividades de voluntariado.

Poderíamos dizer que, na área de projecto, o conceito de educação assume uma forma mais global?

João Jaime – Sim. E quem sabe se não será esse o paradigma do século XXI. A escola funcionar de outro modo e a área de projecto ser ponto central. Serem os alunos a trabalhar, a pesquisar. No sentido de poderem depois apresentar os seus trabalhos, a sua avaliação.

Por outro lado, eu penso que esta forma de trabalhar também é importante para as relações entre eles. O contacto entre vários

alunos, que passavam aqui ao lado uns dos outros, mas que nunca tiveram oportunidade de se juntar num grupo e de participar, com ideias, com sugestões, no mesmo grupo. Ficam mais unidos, mais amigos.

Podemos falar, então, de uma dimensão socializante da escola mais reforçada?

João Jaime – Sem dúvida. E estou convencido que daqui a dez anos ou vinte, os nostálgicos, quando começarem a vir à escola, continuarão a recordar esta disciplina como uma disciplina de pontos de encontro, e de encontros e desencontros. E de alguma coisa que aconteceu diferente no seu tempo de estudante, que não foi a Matemática nem o Português nem a Filosofia.

E sentimos que há aqui alguma cumplicidade entre todos os que participam na AP com os alunos.

Um dos argumentos utilizados para terminar com a AP, é que os alunos deixam de ter tempo para estudar para os exames, que têm uma carga lectiva muito pesada.

Mas a verdade é que, no debate com o deputado Luís Fagundes, os jovens questionaram: “mas então porque é que escolheram a área de projecto, a única que nos estava a dar prazer?”

A área de projecto cria inovação. Os alunos, quando se cansarem, mudam de tema. E os professores também. Temos a oportunidade de diversificar e de não cairmos nas rotinas. Assim, também é benéfico para os professores. Porque é uma forma diferente de estarem e viverem mais a escola. E, sobretudo, de criarem elos importantes com todos. E com a comunidade. ■

Testemunho de alunos

● Para mim, a Área Projecto é como uma preparação para a universidade/mundo do trabalho, pois trabalhamos sobretudo em grupo, lidamos com opiniões diferentes, debruçamo-nos sobre assuntos que acho que são importantes. Permite-nos também um maior conhecimento de várias coisas, vários métodos de aprendizagem e experiência, como por exemplo no NÓS, onde já tivemos grandes experiências.

Tiago Monteiro

● A área de projecto possibilita o contacto com colegas da mesma escola mas de turmas diferentes, possibilita quebrar a corrente que desde o 10º ano se forma de "turma" e abre portas para novas amizades e colaborações dentro da escola sendo bastante positivo para o próprio bem estar na comunidade escolar.

A área de projecto, como o próprio nome indica, possibilita também a criação de um projecto de acordo com o gosto de cada aluno motivando-o para esse mesmo assunto e para o trabalho colectivo.

A área de projecto não só pretende mover alunos de uma determinada faixa etária para o mesmo fim como também pretende alertar e informar toda a comunidade escolar para uma determinada situação.

Para os alunos que não têm uma boa nota nas disciplinas mais práticas como educação física a área de projecto cria uma nova oportunidade para estes se integrarem e darem asas à sua imaginação.

A área de projecto dinamiza todo o grupo envolvido numa causa desde apoiar sem-abrigos ou alertar os restantes alunos para alguma situação como as novas tecnologias ou o interesse pela fotografia.

É muitas das vezes a partir desta disciplina que surgem as certezas relativamente ao futuro nos alunos, ao terem outra experiência os alunos ficam interessados e motivados com a mesma podendo muitas das vezes seguir profissionalmente esta mesma área (por ex: fotografia, robótica, saúde)

Bárbara Bilro

● Na minha opinião a Área de Projecto no Secundário é fundamental. Para além de desenvolvermos outras capacidades e termos possibilidade de trabalhar temas que não tratamos nas outras disciplinas, é bastante importante para nós pois podemos aprender coisas novas, e sermos avaliados pela nossa capacidade de empenho e de desenvolvimento de cada trabalho.

Rosa Maximiano 12ºH Nº23

● Aqui vai o meu testemunho... Na minha opinião, a área de projecto que se encontra em alunos do secundário, nomeadamente nos alunos do 12ºano, é muito importante não apenas para ajudar na média, mas também, para

conseguir compreender, interagir com outros assuntos, informações que nos são confrontadas todos os dias, mas que habitualmente nem reflectimos nelas.

Também evoluímos nas nossas capacidades, como por exemplo, fazer diários de bordo, interacção com outras pessoas e perder o medo de falar à frente de muita gente.

Margarida Martins

● Na minha opinião, Área de Projecto é a disciplina que permite aos alunos maior autonomia, a disciplina que lhes dá mais responsabilidades e a disciplina que melhor os prepara para o trabalho em grupo.

Esta área disciplinar proporciona as bases que um aluno precisa para a futura condição de estudante universitário e trabalhador, pois, como o próprio nome sugere, os alunos desenvolvem as capacidades necessárias para a elaboração de um projecto completo, com princípio, meio e fim bem estruturados.

Área de Projecto é então uma mais-valia no ensino secundário, uma disciplina que se deve prezar e conservar, sobretudo devido à influência que terá na vida futura dos alunos.

Ana Quinaz

● Eu acho que a Área de Projecto no Secundário é muito importante.

Eu acho que é importante porque: prepara-nos para o ensino superior, organiza e cria projectos concretos, ajuda a desenvolver as nossas capacidades de comunicação e de trabalho em grupo e também na interacção com novas pessoas. Concluindo acho que estes são alguns dos principais factores pelos quais acho que as Áreas de Projecto no Secundário são importantes.

Amar Lacmane Nº3 12ºH

● Eu acho que área de projecto é uma disciplina que permite-nos desenvolver as nossas capacidades, como trabalhar em equipa e realizar várias actividades práticas onde nós partilhámos os nossos conhecimentos com os colegas e aprendemos novas coisas que muitas vezes facilitam a nossa aprendizagem nas várias disciplinas.

E apesar disso tudo área de projecto no secundário permite aos alunos desenvolver e melhorar as competências comunicativas que muitas vezes ajudam muito nas outras disciplinas e na faculdade.

Concluindo acho que é uma boa disciplina para melhorar as nossas competências e não deveriam de acabar com esta disciplina.

Aditya Paul. (Aluno estrangeiro que só reside em Portugal há 3 anos)*

● Na minha opinião a disciplina de área de

projecto é muito importante especialmente no secundário pois uma das grandes falhas do sistema de ensino português é o facto dos alunos não estarem preparados nem saberem trabalhar em grupo, para além disso muitas das áreas de projecto acabam por ser uma mais valia na aquisição de conhecimentos por parte dos alunos, pois permite-nos o acesso a outros tipos de métodos de aprendizagem e experiências onde podemos passar da simples teoria para a prática coisa a que também não costumamos ter acesso noutras disciplinas.

Para além disso, se o objectivo da eliminação da disciplina de área de projecto no 12º ano é a redução da despesa na educação, penso que ainda há muitos sítios onde se pode cortar primeiro nomeadamente nos veículos onde os funcionários do ministério da educação se deslocam incluindo os da Sra. Ministra e seus eventuais assessores e nos apoios às escolas privadas.

Rui Carvalho

● A importância da Área de Projecto no contexto do Ensino Secundário. Enquanto ex-aluno do ensino secundário, atribuo à área de projecto o sinónimo de liberdade criativa. No contexto das disciplinas que são proporcionadas nos diversos cursos (científico-humanísticos e profissionais), é a Área de Projecto que acaba por completar e estabelecer uma interdisciplinaridade essencial à convivência dos elementos do espaço escolar, contribuindo assim para o seu desenvolvimento intelectual e pessoal. No meu caso particular, ex-aluno do extinto curso de Línguas e Literaturas, tive a oportunidade de desenvolver uma actividade de que já gostava (fotografia), "fugindo" aos conteúdos ministeriais dos "cadeirões" habituais, sejam eles Português, Matemática, História, Francês ou outra qualquer matéria pré-definida. A Área de Projecto é liberdade, é escolha. Poder-se-ia classificar de indefinição, no sentido que existe a possibilidade de cada professor escolher, com os seus alunos, os temas que desejam abordar ao longo do ano lectivo. São duas horas semanais em que os alunos podem dar largas à sua imaginação e criar individualmente ou em grupo (desenvolvendo assim a tão necessária capacidade de trabalho em equipa) projectos extremamente interessantes, passando muitas vezes pela interacção com a população onde está inserida a escola (projectos de apoio social), ou criando plataformas na escola que melhorem o seu funcionamento e gestão (projectos de sistemas informáticos), ou iniciativas de âmbito cultural (fotografia, artes plásticas). Conclui-se que é uma área onde o desenvolvimento passa pelo indivíduo, e não pelo colectivo, como na maioria das disciplinas. É portanto essencial para o desenvolvimento e crescimento pessoal.

Ex Aluno Filipe Guedes Ramos



As consequências perversas das guerras “humanitárias”

Joaquim Jorge Veiguinha

Clausewitz considerava que “A guerra é a política por outros meios”. Invertendo esta frase, Michel Foucault defendia que “A política é a guerra por outros meios”, posição que não se distingue estruturalmente das teses de Karl Schmitt, situado no pólo oposto do espectro político, para quem a política se baseava na relação antagónica amigo-inimigo, tese legitimadora das soluções ditatoriais de extrema-direita e, conseqüentemente, visceralmente antidemocrática. O historiador britânico Collingwood defendia, pelo contrário, que “A guerra é a derrota da política”, postura sábia que demonstra a manifesta falsidade das teses anteriores. A guerra civil Líbia e a intervenção de uma coligação internacional liderada pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França e, posteriormente, pela NATO, contra o regime do Muammar Khadafi, reintroduz o conceito de guerra “humanitária” cujo primeiro *round* foi a intervenção – também dita “humanitária” – no Kosovo nos finais do século passado. Um novo conceito surgiu desde então: são legítimas eticamente as guerras e as intervenções que visam proteger populações civis de regimes genocidas. A comunidade internacional deve mobilizar-se para travar estas guerras “justas” que visam estabelecer a democracia e conduzir os responsáveis pelos massacres a um Tribunal Penal Internacional, sob a égide da ONU, onde responderão pelos seus crimes. Não se poderão contestar as “boas” intenções morais que estão na base das guerras “humanitárias”. No entanto, será demasiado simplista considerar que

aquelas constituem o critério exclusivo da sua legitimidade. Por um lado, houve casos em que populações indefesas foram chacinadas e a comunidade internacional nada fez para o evitar: o Ruanda é o exemplo paradigmático desta “inacção” humanitária. Por outro lado, os resultados das guerras “humanitárias” são, frequentemente, opostos aos princípios morais abstractos que pretendem legitimá-las não apenas porque acabam por matar civis inocentes, mas também porque conduzem à desintegração de Estados e à criação de “Estados falhados”, de que se destaca o actual Kosovo como “Estado soberano”.

O principal limite das guerras “humanitárias” não é uma questão semântica – guerra humanitária para alguns é apenas um oximoro –, mas o facto de, em geral, revelarem um enorme desconhecimento da situação social dos países que se tornam alvo da intervenção bélica. Apesar do Conselho de Segurança da ONU aprovar a intervenção de uma coligação internacional na Líbia com o único objectivo de adoptar “todas as medidas necessárias para proteger os civis e as áreas povoadas por civis”, continuam a não ser claros quais os meios para atingi-los: perseguir e matar Khadafi? Apoiar uma oposição representada por um Conselho Nacional de Transição que não se sabe ao certo quem representa efectivamente e que é incapaz de conquistar o poder sem ajuda externa? Ou chegar a uma solução política para o conflito que passa necessariamente pelo abandono do coronel Khadafi do poder – já existem países que se ofereceram para conceder-lhe asilo político – e pela criação de condições para a formação de um regime democrático que não poderá basear-se em distinções étnicas, tribais e

confessionais – como acontece actualmente no Iraque, na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo –, mas que deverá preservar a unidade nacional do país e basear-se no princípio universal da cidadania que se abstrai necessariamente de todo e qualquer etnicismo e confessionalismo? Se tivermos em conta o passado recente, as guerras “humanitárias” não têm contribuído para o estabelecimento da democracia política, mas para a multiplicação de cantões étnicos e confessionais, para o seccionismo e o potenciamento da barbárie tribalista. As vítimas civis destas guerras não têm parado de aumentar, apesar dos seus promotores defenderem que são feitas para proteger civis inocentes. No caso da Líbia, tendem a subvalorizar as eventuais conseqüências catastróficas sobre um país em que existe uma galáxia de 150 tribos e uma oposição que ainda não demonstrou conseguir ser uma alternativa unitária e nacional a uma fragmentação tribalista no caso de derrube do regime do coronel Kadhafi. Quanto mais se prolongar a guerra civil, maior será o perigo da Líbia, nação laica, se transformar numa versão potenciada do Afeganistão talibânico. Para evitá-lo, a política, e não a moral ou a ética, deverá ter a última palavra. Isso implicará necessariamente a renúncia politicamente negociada do coronel Kadhafi e a construção de uma democracia segundo os moldes universais: formação de partidos políticos numa base laica não confessional e etnicista, eleição de uma Assembleia Constituinte por sufrágio universal e aprovação de uma nova Constituição. Caso contrário, um novo “Estado falhado” surgirá no horizonte. ■

APONTAMENTOS PARA RELEMBRAR O

25 de ABRIL Sempre!...

21 de Agosto de 1973

Primeira reunião do núcleo inicial que levaria à criação do Movimento dos Capitães. Na sequência do Congresso dos Combatentes, Vasco Lourenço vinha participando em reuniões do chamado “grupo spino-lista”, que coordenara a contestação ao mesmo.

Aí se discutia, como aproveitar a força que se ganhara com essa movimentação, como não perder o “elan” que se apossara de muitos oficiais.

Através do contacto com capitães de Infantaria, de cursos mais modernos que o seu, que conhecera no RI5, nas Caldas da Rainha (de notar que Vasco Lourenço estava desfasado em relação ao seu curso, em termos de mobilização, daí que na então Metrópole quase não estivessem mais capitães do seu curso...), combina um encontro com capitães de Artilharia do curso desses capitães e que estavam igualmente preocupados com o que se passava.

A primeira reunião dá-se no quarto do capitão Dinis de Almeida, colocado no Depósito de Indisponíveis, em Lisboa, onde recuperava de ferimentos em Moçambique.

Participaram, em ambiente conspirativo, Vasco Lourenço, Dinis de Almeida, Bicho Beatriz, Carlos Clemente, Rosário Simões e Carlos Camilo.

Ficou decidido alargar o movimento de contestação, de imediato através da apresentação das exposições individuais, tendo-se combinado nova reunião.

6 de Outubro de 1973

Reunião quadripartida do Movimento nas casas dos Capitães Rui Rodrigues, Mendonça Frazão, Ribeiro da Silva e Diniz de Almeida. Estão presentes delegados da quase totalidade das unidades e estabelecimentos militares, bem como da oficialidade em serviço em Angola, Moçambique e Guiné. Presentes ainda, pela primeira vez e como observadores, representantes da Marinha e da Força Aérea. Pela Marinha

estão presentes Costa Correia, Almada Contreiras, Vidal Pinho, Pedro Lauret. A discussão arrasta-se durante toda a noite e madrugada, com grande número de intervenções, perante as quatro alternativas então apresentadas: 1. Pedir colectivamente a demissão de oficial do Exército. 2. Ausentar-se do Serviço, mantendo-se fora do aquartelamento. 3. Permanecer no Quartel ou Estabelecimento sem desempenhar quaisquer funções. 4. Fazer, colectivamente, uso da força. Tendo vencido a primeira alternativa, redigem-se dois documentos sem data (um apresentado colectivamente e outro individualmente), entregues à Comissão do Movimento que os guardaria com vista a posterior utilização, o que nunca se verificou visto que os decretos não entraram em vigor. É elaborado um boletim informativo pela Comissão do Movimento.

Março de 1974

MFA – Preparativos de acção. Reunião do Movimento de Oficiais onde se decide atribuir a responsabilidade operacional a Otelo e a política a Vítor Alves, e preparar rapidamente um plano de operações.

No dia 15, houve um encontro em casa de Manuel Monge. Presentes Otelo Saraiva de Carvalho, Casanova Ferreira e Armando Ramos. São informados telefonicamente, por um capitão do Centro de Instrução de Operações Especiais de Lamego, da situação de rebelião naquela unidade contra a demissão de dois generais. Tentam, sem sucesso, recuperar o plano de acção esboçado no dia 12. Armando Ramos parte para o Regimento de Infantaria 5, das Caldas da Rainha, com as ordens parcelares que lhe cabiam, parecendo com esta atitude tornar o Movimento irreversível. Os restantes tentam a todo o custo contactar as Escolas Práticas. Otelo Saraiva de Carvalho, antes de partir para Mafra, encontra-se ainda com Vítor Alves, o qual alerta para o que considera uma precipitação, mantendo contudo a sua solidariedade. Casanova Ferreira e Manuel Monge contactam ainda o Regimento de

Cavalaria 7, a Escola Prática de Cavalaria de Santarém, bem como o próprio António de Spínola. Todos se recusaram a participar, invocando a falta de preparação das acções.

No dia seguinte, os capitães do Regimento de Infantaria 5, das Caldas da Rainha, tomam o comando do Quartel e de madrugada avançam sobre Lisboa, sob o comando do capitão Armando Ramos. É a única unidade a sair, numa acção descoordenada e na sequência da qual são presos cerca de duzentos militares, entre os quais Almeida Bruno, Manuel Monge, Casanova Ferreira, Armando Ramos e Virgílio Varela.

O Movimento apercebe-se da inevitabilidade de uma senha por rádio com efectiva cobertura nacional para o arranque dos quartéis. Carlos Albino garante a transmissão no programa independente Limite de que era um dos realizadores e autores, transmitido através da Rádio Renascença para todo o território nacional.

No dia 24, realiza-se a última reunião da Comissão Coordenadora do Movimento, em casa do capitão Candeias Valente. Otelo Saraiva de Carvalho assume a responsabilidade de elaborar um plano de operações e de preparar a acção a desenhar. O golpe é marcado para o período de 22 a 29 do mês seguinte. Vítor Alves fica encarregado da direcção política. Decide-se ainda interromper qualquer contacto por circular, bem como as reuniões da Comissão Coordenadora.

«Ensaio» no Coliseu (festival da Casa da Imprensa) sobre a aceitação de Grândola e sobre a reacção da Censura. O festival foi gravado e transmitido em diferido pelo Limite que a partir de então não mais usou a canção para evitar decisões inesperadas da censura (o Limite foi o único programa na história da rádio em Portugal com censura directa e contínua nos estúdios, por elemento do antigo regime para esse efeito destacado).

Abril de 1974

No início do mês, Otelo Saraiva de Carvalho trabalha na elaboração do Plano de Operações. Para conhecer a «organização

do inimigo» são preciosas as informações que Vítor Alves, Sanches Osório, Franco Charais e Costa Brás conseguem no Estado Maior do Exército, onde estão colocados. Chegam-lhe às mãos o «quadro da orgânica operacional da PSP», os «quadros da Força de Intervenção do Exército» e das «Forças de Reserva do Governo» existentes em todo o país, o «dispositivo das forças da Legião Portuguesa do Continente» e, finalmente, as mais recentes movimentações de material de guerra (incluindo meios de transmissões) pelas unidades do Exército. Obtém ainda importantes informações sobre a GNR, através de Fernando Bélico Velasco, oficial colocado no Comando Geral da Corporação.

A partir do dia 15, as unidades que vão participar no Movimento entram em estado de alerta, conforme as instruções recebidas Otelo Saraiva de Carvalho reúne com Jaime Neves, Morais da Silva e alguns oficiais de patente mais baixa da Escola Prática de Infantaria, a fim de serem ultimados pormenores quanto às respectivas missões. Conclusão do plano de operações do Movimento das Forças Ar-

no jornal A Época, operação realizada no Parque Eduardo VII. Entrega ainda alguns emissores receptores, destinados a equipar as unidades que não dispunham de aparelhos apropriados para entrarem nas redes de transmissão previstas.

Estávamos no final da manhã do dia 23 e Álvaro Guerra, enviado por Almada Contereiras, encontra-se com Carlos Albino e comunica-lhe que o Movimento precisa de utilizar o programa «Limite», na madrugada do dia 25, para emitir o sinal de código para o desencadear das operações militares. O Movimento propõe a canção de José Afonso Venham mais cinco para funcionar como código. Carlos Albino sabe que essa é uma das músicas censuradas internamente na Rádio Renascença. Sugere outras alternativas, entre elas Grândola, Vila Morena. Distribuição das «Instruções finais para as equipas de ligação», que incluem a «Hora H» e a senha e contra-senha, e do Anexo de Transmissões. Ficam definitivamente assentes as «Instruções Finais para as Equipas de Ligação» que Neves Rosa se encarrega de dactilografar. Delas constam data e hora do início das operações (**25 de Abril,**

às três horas da manhã), algumas alterações às missões anteriormente recebidas pelas unidades, senha e contra-senha a utilizar pelas forças intervenientes (inicialmente «Fé imensa na vitória» e «Garantia melhor futuro» passam, respectivamente, a «Coragem» e «Pela vitória») e

ainda outras instruções transmitidas a algumas unidades.

Ainda neste dia, houve uma reunião no Regimento de Engenharia 1, na Pontinha, entre Otelo Saraiva de Carvalho, Garcia dos Santos e Jaime Neves. Fica pronto o Posto de Comando.

No dia 24, Carlos Albino opta por chamar à colaboração o elemento da sua maior confiança no Limite e que era o responsável técnico e de sonoplastia, Manuel Tomás, que adere por completo. Encontro decisivo com Manuel Tomás, para a execução da senha e garantia de transmissão contornando as duas censuras que o Limite enfrentava: a da Rádio Renascença e a oficial (um coronel que acompanhava as emissões em directo e visava previamente os textos, pois, desde Dezembro de 1973, havia indícios de que a PIDE preparava o assalto dos escritórios do Limite, na Praça de Alvalade). Carlos Albino e Manuel Tomás decidem sair dos estúdios para um local onde possam prosseguir com segurança o diálogo. Ajoelhados na Igreja de S. João de Brito e simulando rezar, Carlos Albino e Manuel Tomás combinam todos os pormenores técnicos da senha.

Dias seguintes ao 25 de Abril

As sedes do jornal A Época, da ANP e da Comissão de Censura são destruídas por populares. Por todo o país realizam-se manifestações de apoio ao MFA.

No 1º de Maio, feriado nacional, grandiosas manifestações em todo o País, juntam muitas centenas de milhares de pessoas como já não havia memória.

Um comunicado da JSN autoriza o regresso de todos os exilados políticos.

A **Intersindical Nacional** faz uma reunião com 15 sindicatos saudando o MFA, e apresenta um caderno reivindicativo de 14 pontos.

São libertados os presos políticos de Peniche, Caxias e Tarrafal. ■

madras.

Já a 22 há contactos do Movimento com elementos dos Emissores Associados de Lisboa e com a Rádio Renascença, para a transmissão de duas senhas através da rádio: «E depois do Adeus» de Paulo de Carvalho e «Grândola Vila Morena» de Zeca Afonso. No dia seguinte e a partir das dezoito horas, Otelo Saraiva de Carvalho entrega aos elementos de ligação as «Instruções Finais» e o «Anexo de Transmissões», em envelopes fechados e dissimulados

Fonte: BASE DE
DADOS HISTÓRICOS,
ASSOCIAÇÃO
25 DE ABRIL

37º ANIVERSÁRIO DO SPGL • 37º ANIVERSÁRIO DO SPGL • 37º ANIVERSÁRIO DO SPGL • 37º ANIVERSÁRIO DO SPGL

Caro(a) Sócio(a)

O **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL)** comemora, no próximo dia **2 de Maio**, o seu **37º aniversário**. Num momento particularmente difícil para os professores e educadores, e aliás para todos(as) os(as) trabalhadores(as) portugueses(as), o aniversário do SPGL terá de ser não só um momento de reflexão, mas também uma afirmação de confiança da sua força assente no apoio que desde sempre os(as) docentes lhe têm dado. Queremos pois convidá-lo(a) a tomar parte no programa comemorativo. Contamos consigo!

A Direcção do SPGL

2 de Maio

15h00 - Sede do SPGL

Abertura da exposição de homenagem ao professor Salvado Sampaio.

15h30 - Sede do SPGL

Conferência de Paulo Sucena sobre a figura e a obra de Salvado Sampaio.

17h30

Visita guiada ao Bairro da Graça, em Lisboa. Ponto de Encontro: Largo da Graça (frente aos bombeiros) *

20h30

Jantar no Grupo Sportivo Adicense (Alfama) (10 € por pessoa) *

17 de Maio

17h00 - Sede do SPGL

- Inauguração de uma Exposição de Pintura de Eduardo Neves
- Palestra por Rui A. Pereira, curador da colecção de Eduardo Neves, sobre o tema "Faz sentido falar de 'arte democrática'?"

* Inscrição prévia



37º ANIVERSÁRIO DO SPGL • 37º ANIVERSÁRIO DO SPGL • 37º ANIVERSÁRIO DO SPGL • 37º ANIVERSÁRIO DO SPGL

3ª Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação

A FENPROF vai realizar nos dias 1 e 2 de Julho próximos, no Auditório da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, a sua 3ª Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação.

Esta iniciativa destina-se a fazer um balanço e a aprovar propostas sobre a situação actual do Ensino Superior que tem sido percorrido por um vendaval de alterações e pressões, com destaque para o processo de Bolonha; o novo regime jurídico das instituições, que veio reduzir a participação e possibilitar a transformação de instituições em fundações de direito privado; os cortes nas transferências provenientes do OE e as restrições à gestão orçamental das instituições de gestão pública; a introdução da avaliação do desempenho; as alterações aos estatutos das carreiras; a contratação de muitos novos investigadores precários. Está previsto que a Conferência aborde com mais ênfase as seguintes matérias: avaliação do desempenho; carreiras docen-

tes e de investigação; fundações de direito privado. Funcionará com delegados eleitos pelos sócios dos Sindicatos integrantes da FENPROF e a participação de outros sócios, bem como de convidados e de docentes em geral, até que se esgote a lotação da sala.

O Regulamento desta Conferência encontra-se no endereço: www.fenprof.pt/superior

Aposentados: Reforçar a organização a nível de toda a FENPROF

A situação que está actualmente criada – de ataque a tudo o que é direito ou conquista social, encarados como “privilégios” – exige, mais do que nunca, que reforcemos a nossa organização.

No passado, com a realização de dois congressos de professores aposentados, foi possível estabelecer uma Plataforma reivindicativa que conseguiu unir todos em torno de aumentos extremamente significativos do montante das suas pensões. Ainda

hoje estamos a beneficiar dessas conquistas de direitos, cuja luta foi impulsionada por uma Comissão Coordenadora nacional dos aposentados da FENPROF.

Hoje também os sindicatos da FENPROF estão organizados em Departamentos/comissões de trabalho e integram uniões sindicais regionais ou movimentos nacionais como a INTER-REFORMADOS (no âmbito da CGTP) ou o MURPI (Movimento Unitário, Reformados, Pensionistas e Idosos) em que questões como a segurança social, doenças profissionais e acidentes de trabalho, o apoio social aos reformados e idosos, saúde e prevenção têm sido analisadas e cujas conclusões servem de base às reivindicações avançadas pelas estruturas sindicais.

É, pois, cada vez mais urgente interligar os departamentos de aposentados já constituídos ao nível dos diferentes sindicatos da FENPROF, estabelecer uma Plataforma reivindicativa comum e, em simultâneo, estabelecer formas de acção eficazes para nos defendermos destes “planos de austeridade”, numa reivindicação central que permita manter os direitos de quem gastou a maior parte da vida a trabalhar. ■

AS LUTAS DE MARÇO

A 12 enchemos o Campo Pequeno



FOTO: Felizarda Baradas



“Um, dois, três, já aqui estamos outra vez!”. “Não desistimos, vamos continuar a dizer presente”. Palavras de ordem repetidas pelos milhares de professores que encheram o Campo Pequeno para dizer “Basta” à actual política do Ministério da Educação. De salientar ainda que muitos docentes de Lisboa circularam, neste dia, entre a Avenida Liberdade (Marcha da “Geração à Rasca”), o Campo Pequeno e a 5 de Outubro.

A 19 estivemos com todos os Trabalhadores na Manifestação da CGTP



Como afirmou, na altura, no seu discurso, Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP, o novo plano de austeridade (e agora ainda mais com o chamado “resgate da dívida”) é “uma declaração de guerra aos trabalhadores, aos reformados e pensionistas, aos jovens e a toda a sociedade”. E, por isso, temos de continuar a lutar, todos juntos!

A 31 encerrámos o Ciclo de Denúncia, Protesto e Exigência



FOTO: FENPROF - Jorge Caria

FOTO: FENPROF - Jorge Caria

Os horários dos docentes foram objecto de denúncia e de uma divertida encenação com actores improvisados que puseram em relevo o absurdo de horários em que o tempo dispendido com muitas outras tarefas esmaga o tempo imprescindível à preparação das aulas. “Questão central do mal-estar que hoje se vive nas escolas (...) problema com que o próximo governo terá que ser necessariamente confrontado.” (A. Delgado)

o sucesso da Escola

Rui Tiago Filipe

Professor na EB1/JI/Creche Aprígio Gomes
Amadora

18 de Março de 2011. 07h:50m..
Tal como combinado, esperei junto à porta da sede de Agrupamento pelo Jacinto. Tinha receio que ele não acordasse e perdesse a oportunidade de participar no Campeonato Nacional de Jogos Matemáticos*. Queria muito que ele fosse; que aprendesse a usar um bilhete de comboio, que andasse de Metro pela primeira vez, que conhecesse um pouco de Lisboa; e que, sobretudo, gostasse daquele dia e se sentisse feliz por estar ali...
Não falhou ao seu compromisso. Meio escondido entre dois carros, encontrei-o – para surpresa minha – a jogar ao berlinde com o Adérito.

Foi, mais ou menos, assim:

- *Bom dia, cavalheiros!... Também estão cheios de sono como eu?*

(Risos)

- *Bom dia...*

- *Então, Adérito? Aqui a esta hora? Só entramos às 09h:00m e, como sabes, hoje eu e o Jacinto vamos ao Concurso de Matemática. Só estaremos na escola lá para o final do dia...*

- *Então, professor...; olha aí!*

(Apontou para os seus pés. Calçava os ténis do Jacinto, com os quais entrou na Escola naquele dia...)

- *Vim trazer os meus ténis ao Jacinto para ele não levar estes, assim todos rotos, lá para Lisboa...*

(...)

Naquele momento não prolonguei aquela conversa; e limitei-me apenas a aprender com a sabedoria e cumplicidade daqueles dois. Pouco depois, eu e o Jacinto rumámos para o nosso destino enquanto o Adérito,

durante 1 hora de espera, se deve ter entretido com os berlindes e o livro de Estudo do Meio que levava debaixo do braço...

No final do dia, já de regresso à escola e depois de ter trabalhado um pouco com toda a turma, voltei a encontrá-los na biblioteca da sala a trocarem novamente os seus ténis. Na mão, tinham, ainda, fita-cola larga...

O Jacinto lembrou-me o quão importante e difícil é ser humilde. Saber receber, reconhecer e finalmente dar; não é fácil! Mostrou-me, ainda, que na Escola se pode aprender a *saber ser e estar* com pessoas e lugares com as quais não nos identificamos tanto. Que isso é *viver em sociedade, envolver-se e “passar a fazer parte”*. Já o Adérito, garantiu-me que na Escola se pode aprender a ser solidário. Mas, sobretudo, recordou-me que a Cidadania não se explica: pratica-se!

Num Território Educativo de Intervenção Prioritária não se ensina. Educa-se.

Para que serve, afinal, a escola? O que deve a Escola ensinar? Ou, por outro lado, o que devem os alunos aprender?

Será que atribuímos igual importância aos conhecimentos de natureza científica, cívica e interpessoal?

O currículo não existe sem alunos; que vivem num dado tempo, num dado contexto e que se relacionam permanentemente. Julgo ser aí que a educação para os valores “ganha força”; na aprendizagem em contacto. Sem a explicitação e o trabalho dos próprios valores, pode a sociedade “funcionar”? Organizar-se?

Tal facto exige, então, que cada um de nós esteja também neste domínio (aparentemente menos mensurável) muito consciente das suas convicções pessoais e profissionais; isto é, do seu próprio projecto profissional, daquilo em que acredita e o que quer para os seus alunos.

Aquilo em que nos envolvemos tem resultados tanto quanto maior for a seriedade

como o encaramos. Se queremos que os alunos “tenham valores” há que trabalhar, efectivamente, com eles nesse sentido; tal e qual como um “programa que não deve ficar para dar”... O “saber ser” e o “saber estar” são tão ou mais importantes que o conhecimento declarativo, que cada um tem, sobre as mais diversas áreas disciplinares. Porém, os valores precisam de tempo; não se aprendem num dia, mas sim, durante um percurso.

Uma escola de valor é uma Escola que educa (também) para os Valores.

Num território educativo de intervenção prioritária não podem existir muros.

Constroem-se pontes.

Cada Escola tem o poder de transformar o lugar onde se insere. Trabalhar num TEIP é isso mesmo; querer mudar um lugar. É querer e ter de ajudar, não só uma escola, mas uma Comunidade inteira a desenvolver-se e tornar-se mais forte.

Em escolas deste género deixamos de ser professores e passamos a ser profissionais do desenvolvimento humano. As nossas tarefas e papéis intensificam-se, descentralizamos o nosso espaço de trabalho, e o nosso âmbito de intervenção diversifica-se. Num território educativo de intervenção prioritária, os diferentes profissionais e crianças comunicam e relacionam-se uns com os outros; sentam-se à mesa, conversam, discutem, reflectem, respeitam-se e resolvem problemas. Professores, Assistentes operacionais, Mediadores, Animadores Socioculturais, Psicólogos, Técnicos de Serviço Social, Tutores, Comunidade, Entidades locais..., todos são importantes, têm *algo a dar* e o seu valor.

Em suma, há que agir de forma concertada e nunca isolar-se. A comunicação entre profissionais é fundamental para o crescimento de cada um; principalmente se acreditarmos que não existe apenas uma forma de trabalhar e conseguir chegar onde queremos.

Contudo, para que o desenvolvimento aconteça, é preciso criar e rever sentido num projecto de desenvolvimento comum, respeito mútuo, resiliência; tentar compreender aquilo com o qual muitas vezes não nos identificamos; e, sobretudo, *aproximarmo-nos de quem parece estar longe*, isto é, criar plataformas de entendimento.

As equipas de qualidade são equipas que funcionam. E para que tudo funcione, nestas escolas, como em quaisquer outras, quanto mais clara e sistemática for a comunicação entre todos, mais eficazes e sólidas são as pontes que se constroem. A Comunidade *vai* à Escola, mas a Escola também *vai* à Comunidade.

Num território educativo de intervenção prioritária não se desiste.

Acredita-se.

Ao pensar sobre a história do Jacinto e do Adérito, voltei a lembrar-me de como conseqüei a minha Liberdade.

Foi através da Escola, e das suas múltiplas oportunidades e relações, que desenvolvi os valores que me orientam; reuni condições para ter um trabalho digno; e, sobretudo, pude mudar o percurso esperável tendo em conta as condições difíceis em que nasci e cresci. Na escola aprendi a *ser* Homem e ela proporcionou-me qualidade; tornou a minha vida melhor. É isso que, todos os dias, procuro que os meus alunos compreendam.

A nós, pais, educadores, famílias, sociedade em geral, cabe-nos perceber, de uma vez por todas, que o sucesso dos alunos é o sucesso da Escola. E o sucesso da Escola é o sucesso da Sociedade.

Ser professor, onde quer que o sejamos, não é um trabalho simples. A Escola precisa e merece a confiança de todos. Em 37 anos de Democracia a Escola e os seus profissionais fizeram imenso pelo desenvolvimento de todos, dedicando-se, envolvendo-se e – sobretudo – resolvendo problemas que em muito ultrapassam os seus portões. Há que lhe reconhecer o devido valor e continuar a investir nela.

No mundo, na Escola, em qualquer lugar, o mais importante são as pessoas. As escolas portuguesas funcionam e o mérito é de todos aqueles que, diariamente, conscientes das suas funções, cumprem o seu papel de uma forma humilde, autêntica e disponível. Acredito, convictamente, na Escola Pública e nos seus profissionais. Acredito muito nos meus alunos e espero o seu sucesso.

O Adérito e o Jacinto mostraram saber resolver os seus problemas. Mais; mostraram saber “ser” e “estar” em equipa, e que a solidariedade se aprende, sobretudo, nos lugares onde ninguém desiste deles. A minha escola, a nossa Escola, é uma Escola que não desiste.

* Apesar das suas muitas diferenças, e sem nunca perder a sua identidade, num total de cerca de 2500 participantes, o Jacinto conseguiu um óptimo lugar no concurso. Quando chegámos à escola, por sua livre e espontânea vontade, partilhou os seus prémios com os amigos; inclusive com o Adérito que continua a vestir a t-shirt cor de laranja enorme que recebeu. Tenho orgulho e muito respeito por todas as Histórias e diferenças “parecidas” com as do Jacinto... ■

FENPROF chega a acordo com a AEEP

A FENPROF chegou a acordo com a AEEP no passado dia 7 de Abril no âmbito da revisão do contrato colectivo de trabalho do Ensino Particular e Cooperativo para o ano 2011.

É importante relembrar que esta negociação, que já se arrastava há um ano, se desenvolveu num contexto social e económico extremamente complexo, e que foi devido à determinação com que a FENPROF se envolveu neste processo, apresentando propostas e nunca abdicando de princípios essenciais que foi possível chegar a uma solução equilibrada.

O acordo contempla as seguintes matérias: reestruturação da carreira, avaliação de desempenho e horários dos docentes.

Brevemente enviaremos a todos os sócios o texto acordado entre as partes que posteriormente será publicado em Boletim de Trabalho e Emprego. ■

Negociação do CCT das IPSS's

A FENPROF tem reunido com a CNIS com vista à revisão salarial para 2010 e 2011.

No que respeita ao ano de 2010, a CNIS informou que os acordos de cooperação mantiveram os mesmos valores de 2009, não havendo condições para procederem a aumentos salariais. Para a FENPROF o objectivo principal desta negociação tem sido a equiparação das tabelas salariais dos docentes (tabela B) às tabelas em vigor no Ensino Particular e Cooperativo. Apresentámos para 2011 a seguinte proposta de revisão salarial:

- Aumento de 2% para a Tabela B, com excepção da Tabela 4;
- Aumento de 3% para a Tabela B4.

Contudo, perante o actual quadro político, com um governo demissionário, desconhece-se qual será o aumento da cooperação para 2011.

Assim, as reuniões de negociação foram suspensas; logo que ocorra qualquer alteração significativa nesta situação negocial, informaremos os nossos sócios. ■

O Estatuto dos docentes em funções noutros ministérios, institutos ou serviços públicos



António Quitério
Dirigente do SPGL

A aplicação do regime de vinculação dos trabalhadores em funções públicas bem como o ECD aos docentes do quadro de outros ministérios, serviços, organismos ou institutos públicos estão a ser postos em causa sem o cumprimento do estipulado na legislação.

Não é demais afirmar que a FENPROF/SPGL não assinou nem subscreveu este ECD imposto pelo ME e sobre o qual exigimos revisão imediata e que haja uma verdadeira negociação. Mas existe um número de docentes que, pertencendo aos quadros de outros ministérios, que não o da educação, organismos e serviços públicos (Ministério da Saúde, M. Trabalho e Segurança Social - Casa Pia de Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Instituto de Segurança Social, M. Justiça, Serviços Prisionais, Ministério da Defesa – Colégio Militar, Pupilos do Exército, Instituto de Odivelas, Alfeite, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia), se encontram em situação de vazio quanto à sua carreira, progressão ou regime de avaliação do desempenho.

É óbvio que a contestação ao ECD do ME e ao seu regime de avaliação está subjacente na nossa reflexão, mas também tem que ser garantido o estatuto profissional docente àqueles que se encontram em exercício efectivo de funções docentes ou equiparadas em estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes de outros ministérios a quem tem sido sempre apli-

cado o ECD (DL 139-A/90 com as alterações introduzidas pelo DL 1/98 de 02/01), nomeadamente carreira, progressão e avaliação do desempenho.

Com a abolição da categoria de professor titular, com o actual ECD do ME (DL75/2010) e fruto do acordo, foi desbloqueada a progressão na carreira mas apenas esta, pois a avaliação de desempenho, como todo o ECD, nunca foi adaptada.

O princípio de que as regras, normas e legislação previstas para a classe docente pública é comum continua a ser manifesto e defendido.

Assim, a FENPROF/SPGL, face à informação que nos chegou sobre a aplicação do SIADAP (Lei n.º 66-B/2007) e da Lei 12-A/2008 aos docentes em exercício noutros ministérios, institutos, serviços ou entidades autónomas públicas, releva: o ECD aplica-se aos docentes que exerçam funções no âmbito da educação extra-escolar ou se encontrem em situações equiparadas a funções docentes e, com as necessárias adaptações, aos docentes em exercício efectivo de funções em estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes ou sob tutela de outros ministérios (n.º 2 e 3 do art. 1.º do DL 139-A/89). O ECD do ME continua a afirmar que é aplicável, com as necessárias adaptações, aos docentes em exercício efectivo de funções em estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes ou sob tutela de outros ministérios. (n.º 2 do art. 1.º do DL 15/2007, DL 270/2009 e DL 75/2010). O SIADAP considera adaptado o sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente previsto no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário,

aprovado pelo DL n.º 139-A/90 e alterado pelos DL n.ºs 1/98, de 2 de Janeiro, e 15/2007; (alínea c) do n.º 4 do art. 86º da Lei 66-B/2007).

O Decreto Regulamentar n.º 2/2010 no seu artigo 39º estabelece que a avaliação de desempenho dos docentes que se encontram fora do âmbito do Ministério de Educação carece de portaria conjunta a ser publicada pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Administração Pública, da Educação e da tutela do respectivo serviço ou organismo.

O regime de carreira, vínculos e remunerações considera que nas actuais carreiras e ou categorias (Lei 12-A) não é aplicável ao pessoal a que se refere o artigo 1.º do Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90 e alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 105/97, 1/98, 35/2003, 121/2005, 229/2005, 224/2006, 15/2007 e 35/2007 (art. 117º da Lei n.º 12-A/2008).

É visível que tudo aporta no ECD e que as adaptações carecem de processo negocial com os Sindicatos.

Alguns casos de nossos associados que se encontram em funções docentes ou equiparadas sob a tutela de outros ministérios e que se nos têm dirigido sabem o quanto tem sido árdua a luta pela dignificação e o reconhecimento da carreira docente.

O ataque aos docentes e à sua especificidade atinge significativamente este grupo de docentes. Reconhecendo a vontade dos superiores hierárquicos imediatos para que não haja diferença ou distinção dos que exercem na rede do ME o que é um facto é que continuamos com a inoperância da Administração, i. e., os Ministros

da tutela.

Logo após a publicação do Dec. Reg. 2/2010 questionámos o ME através da FENPROF e a resposta foi que dependia dos Ministérios de tutela e não da iniciativa do ME. Endereçou a Federação pedidos de abertura do processo negocial a todos os ministérios dando-lhes conhecimento da resposta do ME. O tempo urge, o final do ciclo avaliativo está a chegar ao fim.

Há um processo negocial em falta, por

parte da Administração e pela sua inoperância, não podem os docentes ser prejudicados, as razões que a todos envolve pela qualificação da docência e das condições de trabalho são cada vez mais claras. As situações são muito díspares e exigem muito empenho e “vontade para resolução do problema” por parte do Governo.

Lembramos que a não adaptação do ECD coloca também em causa o tempo de serviço de todos aqueles que pertencendo ao ME se encontram em regime de mobilida-

de em funções docentes.

Defendemos a escola pública e exigimos uma negociação séria.

Não cedemos a processos de avaliação ou transição de carreira que não correspondam ao previsto no ECD e legislação subsequente.

NOTA: Já após a elaboração deste texto ocorreu uma reunião com o MTSS a 30 de Março. Para mais informações consultar a página do SPGL (www.spgl.pt). ■



Acção de denúncia e protesto

No dia 1 de Março decorreu uma acção de denúncia e protesto, em frente à Escola EB1 nº 6 Santo Contestável, em Lisboa. Esta acção surgiu na sequência de um despedimento injustificado e consistiu na distribuição de um comunicado às famílias e à comunidade onde se alertava para a situação extremamente precária em que estes profes-

sionais asseguram as Actividades de Enriquecimento Curricular: ausência de contratos de trabalho, falsos recibos verdes, o não pagamento de salários durante as paragens lectivas ou todo o trabalho não lectivo que não é considerado nos vencimentos; valores de remuneração abaixo dos previstos na lei, salários em atraso, despedimentos ilegais e arbitrários, cumprimento de horas não remuneradas, obrigação de executar tarefas fora das competências, ausência de condições físicas e materiais para o exercício das actividades.

As Irregularidades e as ilegalidades continuam. A Escola a tempo inteiro, bandeira deste governo, tem por base situações de falta de respeito pelas condições laborais e humanas relativamente às pessoas que asseguram esta componente.

A falta de fiscalização e regulamentação por parte das entidades competentes também é inexistente. Assim sendo, deve continuar a exigência pelo respeito dos direitos laborais destes profissionais. ■

Mesa redonda



FOTO: SPGL

As questões da precariedade e das condições de trabalho, na perspectiva da igualdade de género, foi tema da mesa redonda organizada pelo SPGL para comemorar o Dia Internacional da Mulher. O debate, que teve lugar no dia 28/3 no Auditório do SPGL, contou com a presença de representantes da CGTP, do MDM, dos Precários Inflexíveis e da UMAR.

Moderado por António Avelãs, o de-

Igualdade de género: Precariedade e condições de trabalho

bate desdobrou-se na abordagem de várias temáticas. A precariedade que marca actualmente as condições de vida e de trabalho – de homens e mulheres, como sublinhou António Avelãs – foi tema transversal a todas as intervenções.

Manuela Góis, da UMAR, centrou a sua intervenção na contextualização da luta das mulheres e a sua evolução histórica, nomeadamente em Portugal.

Natacha Amaro, do MDM, reportou-se aos dados de um projecto, realizado no Porto, sobre trajectos de vida e trabalho de mulheres. Odete Filipe, da CGTP, numa vertente de luta sindical, sublinhou a necessidade de luta e de unidade. Sílvia Roque, dos Precários Inflexíveis, realçou a discriminação agravada da mulher, num contexto de crise global, que pode mesmo representar um retrocesso civilizacional. ■

Educação sexual e questões de género

Duarte Vilar

Sociólogo, Director Executivo da APF

Rapazes e raparigas têm, em minha opinião, diferenças significativas nas suas necessidades em educação sexual.

Muitas vezes, estas diferenças são esquecidas ou escamoteadas em nome dos “jovens”, como se estes constituíssem uma categoria homogénea. E de facto não o são: existem diversos factores que diversificam os jovens, e em primeiro está o género.

Esclareçamos conceitos, em primeiro lugar: o sexo está ligado ao dimorfismo sexual, às diferenças biológicas entre homens e mulheres, entre rapazes e raparigas. Diferente, no entanto, é a construção da identidade de género, ou seja, a forma como todos nós nos pensamos como homens ou mulheres, as representações e os papéis a que associamos os dois sexos, e que são muito mais diversas do que a esteira dicotomia entre machos e fêmeas. E é também importante que esclareçamos desde já que, para além das diferenças biológicas, que são um dado, a identidade de género é construída socialmente e incorpora as ideias, as representações que as diversas épocas históricas em que cada um e cada uma de nós vivemos, num processo de aprendizagem contínua que vai acontecendo ao longo da vida.

Em primeiro lugar, rapazes e raparigas têm corpos diferentes e têm necessidades diferentes em termos de saúde e de educação sexual. Por exemplo, a menstruação e as primeiras ejaculações constituem acontecimentos de vida diferentes, nas raparigas e nos rapazes, respectivamente e, por isso, são percebidos e vividos de formas muito diferentes.

Mas, por outro lado, as questões ligadas à imagem corporal aproximam os dois sexos. Num estudo realizado pela APF sobre as necessidades dos jovens em educação sexual, verificámos que tanto

rapazes como raparigas, quando pediam ajuda, pediam-na em primeiro lugar por questões ligadas ao corpo, ao desenvolvimento corporal.

É claro que quem pode ficar grávida são as raparigas. Mas também é verdade que os rapazes se preocupam igualmente com as questões da gravidez não desejada. Porque, também eles, não desejam ser pais só porque aconteceu um azar, um acaso, um acidente.

Pelo que, aqui se mostra que, se existem diferenças, existem também muito temas em que as preocupações, os problemas e as necessidades são comuns.

Mas, tais aproximações não podem fazer esquecer que rapazes e raparigas se posicionam de formas diferentes face às questões da concepção, da gravidez, do parto, da interrupção de gravidez, da maternidade e da paternidade.

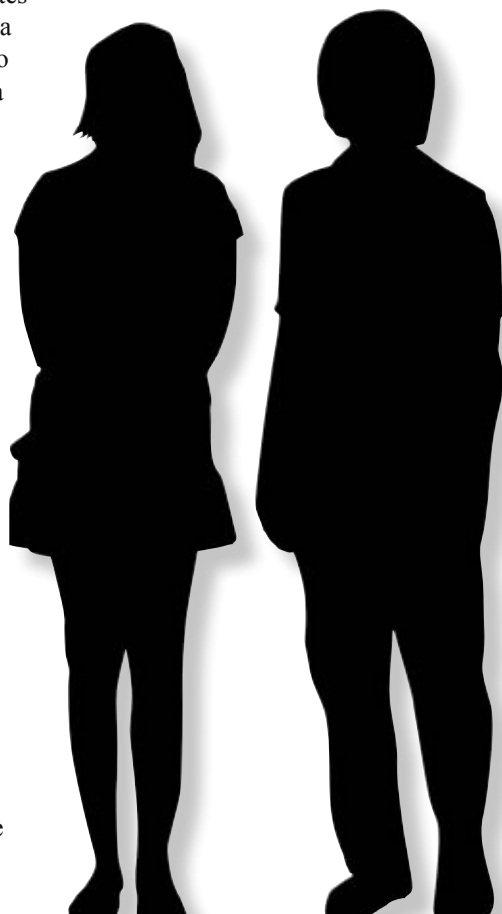
Portanto, mesmo que os “temas” possam ser semelhantes, é bom estarmos atentos e atentas aos diferentes conteúdos, às diferentes dúvidas e questões que rapazes e raparigas colocam.

Por outro lado, as questões do género, dos papéis de género, da igualdade de direitos e oportunidades são um dos temas da educação sexual, porque vivemos ainda em sociedades em que as desigualdades de género persistem (apesar dos progressos das últimas décadas), desigualdade nas famílias, desigualdade na vida profissional, na vida política, desigualdades que se expressam, por vezes, de maneira brutal na violência de género.

A educação sexual comporta

pois uma dimensão de género que deve ser transversal a todos os temas que ela abarca – desde o corpo sexuado, às questões da identidade, às relações amorosas e sexuais, às questões preventivas e à dimensão social que recobre tudo isto.

As diferenças entre rapazes e raparigas devem ser, pois, aproveitadas para a própria dinâmica da educação sexual criando, porque não, momentos e actividades somente dirigidas a rapazes ou a raparigas para depois, numa segunda fase, se confrontarem os resultados. ■



Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direcção: direcao@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiোসocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

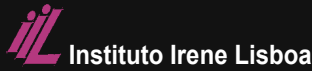
Direcção Regional de Lisboa
•Sintra
Rua Padre Manuel Nobrega,
Lt 8, Loja A, Algueirão
2725-085 Mem Martins
Tel: 219212573 Fax: 219212559
•Parede
Trav. Rocha Martins, F - L,
2775-276 Parede
Tel: 214563158 Fax: 214563157
E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt

Direcção Regional do Oeste
•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
E-Mail: caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras

Tel: 261311634 Fax: 261314906
E-Mail: torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém
•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domin-
gos, 3º B 2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
E-Mail: abrantess@spgl.pt
•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
E-Mail: santarem@spgl.pt
•Tomar
Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
E-Mail: tomar@spgl.pt
•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal
•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935
E-Mail: setubal@spgl.pt
•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
E-Mail: barreiro@spgl.pt
•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara,
nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
E-Mail: almada@spgl.pt



Instituto Irene Lisboa

Acção:
A Imagem Fixa Enquanto Recurso Educativo (acreditada)*

Formadora:
Felizarda Barradas

Razões que justificam a realização da Acção:

Considerando que hoje pelo menos metade da informação é composta de imagens, situação geradora de novos analfabetismos (a falta de capacidade para a leitura de imagens), a escola tem uma responsabilidade acrescida em apetrechar os alunos das competências e seleccionar recursos.

Aos educadores e professores cabe desenvolver estratégias que tenham justamente esta situação de base. Em várias escolas formal e informalmente grupos de professores têm mostrado interesse em aprofundar conhecimentos e reflectir sobre práticas pedagógicas orientadas neste sentido.

Objectivos a atingir:

- 1- Dotar os formandos de alguns conhecimentos técnicos relacionados com a imagem fixa.
- 2- Fomentar a reflexão sobre o fenómeno audiovisual.
- 3- Produzir materiais e instrumentos de trabalho numa perspectiva de utilização Pedagógica.

Destinatários:

A acção destina-se a educadores e professores de todos os níveis de ensino, sócios do SPGL.



Local:

Na Delegação de Almada do SPGL (R. D. Álvaro Abrantes da Câmara, 42 A – Almada)

Datas:

1ª sessão - 18 de Junho; 2ª sessão - 25 de Junho; 3ª sessão - 2 de Julho; 4ª sessão - 9 de Julho (possibilidade de alteração das datas a definir na 1ª sessão entre a formadora e os formandos)

Custos:

Gratuita

Inscrições:

Até 30 de Maio
(serão seleccionados os primeiros 20 inscritos de acordo com a data da entrada da ficha de inscrição nos serviços)

Nota: Cada um dos seleccionados deve levar para a acção máquina fotográfica digital.

* Acção cedida pelo CFAEAL (Centro de Formação da Associação de Escolas do Alentejo Litoral)

IIL – Instituto Irene Lisboa

Acção: A Imagem Fixa Enquanto Recurso Educativo

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome: _____

nº de sócio _____ Morada: _____

_____ Tel _____

Telm _____ Email _____

Nota1- Esta ficha de inscrição deverá ser enviada até 30 de Maio, para a sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida, 3 – 1070-128 Lisboa)

Nota2 – Para a frequência da acção apenas serão informados os professores e educadores seleccionados.

Circuito Inglaterra e Escócia

8 dias / 7 noites

YORK • EDINBURGH • GLASGOW • LIVERPOOL • STRATFORD-UPON-AVON • OXFORD • LONDRES

Inscrições até 10 Maio

Preços:

1290€ / pessoa em quarto duplo

1545€ / em quarto individual

650€ / Crianças até 11 anos

O pagamento pode ser feito em 3 cheques no valor de 430€ ou 515€ cada, datados de 10/5, 10/6 e 10/7.

Número mínimo de inscrições: 30

Os preços incluem:

- Passagens aéreas Lisboa/ Londres/ Lisboa, com bagagem até 20Kg;
- Taxas de aeroporto (119 €), de segurança e combustível a reconfirmar na emissão;
- Estadia em hotéis de 4*.
- Assistência durante o circuito por um guia local, em português.
- Visitas e refeições
- Taxas hoteleiras, serviço e IVA;
- Seguro Multiviagens.

Os preços não incluem:

- Serviços, bebidas e refeições não mencionadas no itinerário;

Nota: Os preços constantes do programa estão baseados nos custos dos serviços e taxas de câmbio vigentes à data de impressão do programa, pelo que estão sujeitos a alteração que resulte das variações no custo dos transportes ou do combustível, de direitos, impostos, taxas e flutuações cambiais.

Hotéis previstos:

York – Novohotel (4*)

Glasgow – Marks Hotel (4*)

Liverpool – Novohotel Liverpool (4*)

Stratford-Upon-Avon – Holiday Inn (4*)

London – Thistle Barbican (4*)

Para mais informação: www.spgl.pt

Casa, no centro da Vila da Ericeira, dois quartos, fins-de-semana, férias ou anual. Contactar a colega Ana Henriques. Telem. 964 317 659

Cursos de Informática

11º Curso de Iniciação à Informática

DESTINATÁRIOS:

Esta formação destina-se a Docentes aposentados ou no activo, **sem ou com pouco domínio na área da informática.**

DURAÇÃO – 24h

A acção decorrerá ao longo de 8 sessões, cada uma das sessões de 3h, perfazendo um total de 24h de formação.

ORGANIZAÇÃO:

LOCAL

A formação ocorrerá na Sala de Formação do Sindicatos dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), R. Fialho de Almeida 3.

DATAS

Terá início no dia 10 de Maio e termina no dia 2 de Junho, às terças e quintas-feiras.

Maio - 10, 12, 17, 19, 24, 26, 31

Junho - 2

HORÁRIO

Das 14h30 às 17h30

CUSTOS

Sócios - 20 € e Não sócios - 80 €

INSCRIÇÕES ATÉ 6 de Maio

(limite 18 formandos)

Terão prioridade todos os inscritos no curso anterior e que não o puderam frequentar.

5º Curso de Continuação à iniciação informática

DESTINATÁRIOS

Esta formação destina-se a Docentes aposentados ou no activo **com domínio técnico primário na área de informática.**

DURAÇÃO – 30h

A acção decorrerá ao longo de 10 sessões de 3h cada, perfazendo um total de 30h de

formação.

ORGANIZAÇÃO:

LOCAL

A formação ocorrerá na Sala de Formação do Sindicatos dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), R. Fialho de Almeida 3

DATAS

Terá início no dia 9 de Maio e término no dia 8 de Junho, às segundas e quartas-feiras.

Maio - 9, 11, 16, 18, 23, 25, 30

Junho - 1, 6, 8

HORÁRIO

Das 14h30 às 17h30

CUSTOS

Sócios-25 €

Não sócios -85 €

INSCRIÇÕES ATÉ 6 de Maio

(limite 18 Formandos)

Terão prioridade todos os inscritos no curso anterior e que não o puderam frequentar.

Para mais informação: www.spgl.pt

SPGL - Departamento de Professores e Educadores Aposentados . Ficha de Inscrição

11º CURSO DE INICIAÇÃO À INFORMÁTICA

5º CURSO DE CONTINUAÇÃO À INICIAÇÃO INFORMÁTICA

Nome: _____ N° Sócio: _____

Morada: _____

Tel: _____ Telem: _____ Email: _____

Pagamento da inscrição: Cheque nº _____ Do Banco _____ No valor de _____ €

O cheque deverá ser endossado ao SPGL

Nota 1: Esta ficha de inscrição, acompanhada do respectivo cheque, deverá ser enviada até **6 de Maio** para a sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida, nº 3 – 1070-128 Lisboa) ao cuidado do Departamento de Professores Aposentados do SPGL. **Nota 2:** Para a frequência do curso **apenas serão informados os professores seleccionados.** **Nota 3:** Informações – Dep. de Professores e Educadores aposentados – Maria Margarida tel.936362412

SPGL - Departamento de Professores e Educadores Aposentados . Ficha de Inscrição

"Circuito Inglaterra - Escócia" – 1 a 8 de Agosto

Nome _____ idade _____ N°Sócio _____

Morada _____ Localidade _____

C.Postal _____ - Telm. _____ E-mail _____

Acompanhantes (nome e idade) _____

Pagamento: Cheques nº _____ de 10/05, _____ de 10/06, _____ de 10/07, do

Banco _____ no valor total de _____ €

Nota: A ficha de inscrição deverá ser entregue, acompanhada do respectivo pagamento, até ao **dia 10 de Maio**, na sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida nº 3 – 1070-128 Lisboa) ou nas delegações regionais, ao cuidado do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL. **Nota:** telefones de contacto: 21381914 - 960202007

Legislação

• **Despacho Normativo 4/2011, de 24 de Fevereiro**
Alteração ao Regulamento do Júri Nacional de Exames

• **Portaria 76/2011, de 15 de Fevereiro**
Segunda alteração à Portaria 756/2009, de 14 de Julho, que estabelece as regras de designação de docentes bibliotecários para a função de professor bibliotecário e para a função de coordenação interconcelhio para as bibliotecas escolares.

• **Portaria 92/2011, de 28 de Fevereiro**
Regula o Programa Estágios Profissionais.

• **Resolução Conselho de Ministros 12/2011, de 8 de Fevereiro**

Determina o lançamento do Programa e.escola 2.0. continuando a garantir aos alunos do ensino secundário o acesso às Tecnologias de informação.

• **Dec. Lei 29-A/2011 de 1 de Março**

Estabelece normas de execução do OE para 2011.

• **Despacho 4043/2011 de 3 de Março**

Assegura o reconhecimento da contagem do tempo de serviço dos agentes da cooperação que, na qualidade de docentes e ou formadores, desenvolvam a sua actividade no âmbito de programas, projectos e acções de cooperação.

• **Despacho 4463/2011 de 11 de Março**

Definição de procedimentos e clarificação do papel dos agentes envolvidos nas agregações de agrupamentos de escolas não agrupadas.

• **Portaria 95/2011 de 7 de Março**

Define as condições de funcionamento do estudo acompanhado para os alunos com efectivas necessidades de apoio.

• **Portaria 98/2011 de 9 de Março**

Estabelece a uniformização das regras de concessão de apoios financeiros às IPSS's e outras entidades sem fins lucrativos que desenvolvem actividades no âmbito da educação especial.

• **Despacho 5328/2011 de 28 de Março**

Estabelece os princípios orientadores na organização das escolas e elaboração do horário semanal de trabalho do pessoal docente em cada ano lectivo, bem como na distribuição do serviço docente.

• **Despacho 5464/2011 de 30 de Março**

Estabelece as percentagens máximas para a atribuição das menções qualitativas de Excelente e Muito Bom aos docentes integrados na carreira e em regime de contrato em função dos resultados da avaliação externa das respectivas escolas.

• **Despacho 5465/2011 de 30 de Março**

Estabelece as percentagens máximas para atribuição da avaliação final de Desempenho relevante e o reconhecimento de Desempenho excelente dos docentes que exercem cargos de gestão e administração, bem como centros de formação.

Departamento de Cultura

Qualquer sugestão deve ser enviada para carloscastilho@spgl.pt



PENSAMENTO DE ESQUERDA CICLO DE CONFERÊNCIAS em Maio

O departamento da Cultura do SPGL organiza durante o mês de Maio de 2011 o primeiro ciclo de conferências sobre obras publicadas recentemente por personalidades de esquerda, convidadas para o efeito.

Na sessão, aberta ao público em geral, o nosso convidado usará da palavra, responderá a eventuais questões do público e disponibilizar-se-á a autografar os exemplares da obra que lhe forem apresentados.

O convidado da primeira sessão será Otelo Saraiva de Carvalho, que acaba de publicar uma obra sobre o 25 de Abril na editora Objectiva: O DIA INICIAL.

CICLO DE CONFERÊNCIAS em Maio . PENSAMENTO DE ESQUERDA

1ª CONFERÊNCIA



Otelo Saraiva de Carvalho

Apresentado pelo Presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL),
António Avelãs

DIA: 12 de Maio

HORA: 18H

LOCAL: sede do SPGL

PARTICIPE!



A MÃE

De Brecht / Gorki

Encenação de Joaquim Benite

Agora no Teatro da Trindade, em Lisboa

Assista a este espectáculo de 14 a 30 de Abril de 2011

De Quarta a Sábado: 21h00

Domingo: 16h00

Vinda do TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA, A Mãe, de Brecht / Gorki, com encenação de Joaquim Benite, apresenta-se pela primeira vez em Lisboa, no Teatro da Trindade. Com tradução de Yvette Centeno / Teresa Balté, cenário de Jean-Guy Lecat e direcção musical de Fernando Fontes, este espectáculo conta com um elenco encabeçado por Teresa Gafeira, onde se destacam actores como Paulo Matos, Marques D'Arede, Alberto Quaresma, André Gomes, entre outros. A Mãe constituiu um dos êxitos da Temporada Teatral anterior, apresentando-se agora num palco onde a Companhia de Teatro de Almada já apresentou, nos últimos anos, Memorial do convento, de José Saramago (1998) e Othello, de Shakespeare (2006), ambas encenações de Joaquim Benite.

Beneficie de 30% de redução na compra do bilhete, apresentado o seu cartão de sócio do SPGL.



EDUARDO CHITAS

Faleceu no mês de Março Eduardo Chitas, professor (jubilado) de Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa. Foi um persistente activista sindical, tanto como dirigente do SPGL eleito, como candidato por listas não vencedoras. Os professores guardarão a memória de um homem justo e solidário. O nosso obrigado nestes momentos de tristeza.

A Direcção do SPGL

Protecção na parentalidade

(continuação)

Regime de efeitos das Modalidades de Protecção já tratadas

Depois de nos determos, durante um largo período, sobre algumas das principais vertentes da protecção na parentalidade, neste número, como já havia sido anunciado, importa dar a conhecer o regime de efeitos daquelas decorrentes.

Este regime encontra-se sediado no artigo 65º, do Código do Trabalho e reporta-se à forma como o exercício dos direitos em questão se repercutem nas relações jurídicas de emprego.

Assim, enquanto que nuns casos, tal exercício não determina a perda de quaisquer direitos, noutros (a maioria), tal exercício, embora não sendo considerado como prestação efectiva de trabalho, determina a perda de retribuição. No primeiro caso, encontram-se incluídas as dispensas para consulta pré-natal, amamentação ou aleitação e, no segundo caso, inserem-se as restantes modalidades de protecção da parentalidade a que nos referimos nos últimos números do “Escola Informação”, com excepção da licença para assistência a filhos (licença em situação de risco clínico durante a gravidez, licença por interrupção de gravidez, licença parental em qualquer das modalidades, licenças por adopção, licença parental complementar em qualquer das modalidades, faltas para assistência a filhos e a netos, e dispensa para avaliação para adopção). No caso excepcionado (licença para assistência a filho ou para assistência a filho com deficiência ou doença crónica), há lugar à suspensão dos direitos, deveres e garantias das partes (trabalhadores e entidade empregadora), na medida em que pressupõem a efectiva prestação de trabalho, designadamente a remuneração. No entanto, o exercício desses direitos não prejudica os benefícios complementares relativos à assistência médica e medicamentosa de que o trabalhador beneficie.

Às licenças por situação de risco clínico durante a gravidez, por interrupção de gravidez, por adopção e

licença parental em qualquer modalidade, o legislador veio também estabelecer os seguintes efeitos:

- Suspendem o gozo das férias, devendo os dias remanescentes ser gozados após o seu termo, mesmo que tal se verifique no ano seguinte;
- Não prejudicam o tempo decorrido de estágio ou acção ou curso de formação devendo o trabalhador cumprir apenas o período em falta para o completar;
- Adiam a prestação de prova para progressão na carreira profissional, a qual deve ter lugar após o termo da licença.

Por sua vez, a utilização das licenças parental, e parental complementar em qualquer das suas modalidades, das licenças por adopção, para assistência a filho e para assistência a filho com deficiência ou doença crónica determinam os seguintes efeitos, no âmbito da relação jurídica de emprego:

- Suspendem-se por doença do trabalhador, caso este informe o empregador e comprove a situação mediante a apresentação de atestado médico;
- Não podem ser suspensas pela entidade empregadora por conveniência desta;
- Terminam com a cessação da situação que originou o gozo da licença devendo tal facto ser comunicado à entidade empregadora, pelo trabalhador, no prazo de cinco dias.

Esclareça-se, finalmente, que, no termo de qualquer das situações que determinaram o recurso às licenças, faltas ou dispensas a que nos reportámos, o trabalhador tem sempre direito a retomar a actividade contratualizada ou seja, a sua utilização não põe em risco a respectiva situação laboral.

Para além disso a violação de quaisquer dos direitos supra mencionados constitui contra-ordenação grave da entidade empregadora, geradora da aplicação de coimas, nos termos do artigo 554º do Código do Trabalho. ■



TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 87778

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
DE 02/02/2011 (GRAC)
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

1^o participa nas acções do

1^o DE MAIO

O tempo não é de silêncios mas de protesto!

Os professores, como todos os
trabalhadores, não se resignam
porque há alternativas.

não te resignes

luta!

a alternativa existe



www.fenprof.pt FENPROF

